

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE HISTÓRIA**

RAQUEL FORCHESATTO

**A AGROECOLOGIA NO MST:
UMA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA NO OESTE DE SANTA CATARINA**

CHAPECÓ

2021

RAQUEL FORCHESATTO

**A AGROECOLOGIA NO MST:
UMA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA NO OESTE DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Samira Peruchi Moretto

**CHAPECÓ
2021**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Forchesatto, Raquel

A Agroecologia no MST: uma experiência histórica no Oeste de Santa Catarina / Raquel Forchesatto. -- 2021. 71 f.:il.

Orientadores: Doutora Samira Peruchi Moretto,

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2021.

1. Agroecologia. 2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 3. Oeste de Santa Catarina. 4. História Social. 5. História Ambiental. I. Moretto, Samira Peruchi, orient. II. , , orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

RAQUEL FORCHESATTO

A AGROECOLOGIA NO MST:
UMA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA NO OESTE DE SANTA CATARINA


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 14/10/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Samira Peruchi Moretto – UFFS
Orientadora



Terezinha Maria Rodrigues da Silva - MST
Avaliadora



Prof. Dr. – Marlon Brandt - UFFS
Avaliador

Dedico este trabalho a todas, todos e todes,
que buscam contribuir para que o campo
brasileiro se transforme num lugar mais justo e
igualitário! Dedico aos que lutam e defendem
a agroecologia enquanto um modo de vida!
Dedico aos integrantes do MST!

AGRADECIMENTOS

Na atualidade os agradecimentos se apresentam de modo muito mais especial. Iniciei a graduação em 2018, antes da Covid-19. Durante este processo de formação ela chegou, mudou a forma de estudar, restringiu a nossa circulação, nos afastou da universidade, nos distanciamos fisicamente, nos fez temer as atrocidades produzidas por um governo genocida... nos deixou com medo. Então hoje, os agradecimentos são muito mais do que uma mera formalidade dos elementos pré-textuais deste trabalho, tornaram-se essenciais!

Assim, inicio agradecendo a vida! Por estar aqui compartilhando esta fase final de um curso de graduação ao lado das pessoas que amo! Agradeço a minha família pelo apoio e o respeito às minhas escolhas acadêmicas e de vida. Em especial, ao meu pai e minha irmã Roberta por todo o suporte nestes anos da graduação, pois foi fundamental para que eu chegasse até o final sã e salva! E não menos importante, a Mercedes e o Thompson, os felinos que estão sempre ao meu lado (na maioria das vezes dormindo)!

As amigadas da vida por sempre estarem ao meu lado nos momentos alegres e nos momentos difíceis. Grata por compartilharmos mais esta etapa de minha formação acadêmica. Aos colegas e aos grandes amigos que a graduação em História me proporcionou. Agradeço pelas trocas de conhecimento, pelos cafés na cantina, almoços e jantas no RU, pelos momentos de estudo na biblioteca e os de descanso pelo *campus*!

A professora Samira Peruchi Moretto, por ter aceito o convite para orientar meu trabalho de conclusão de curso e pelos conhecimentos compartilhados. As professoras e professores do curso de graduação em História por todos os ensinamentos, pois a cada componente curricular entendida um pouco mais sobre o ofício do historiador/historiadora e a importância desta profissão para a sociedade!

Enfim, agradeço a todas as pessoas que contribuíram com a minha volta à graduação. Não foi fácil mudar os planos, retornar uma casa no jogo da vida acadêmica e perceber que sabemos tão pouco sobre os conhecimentos produzidos pela humanidade. Para a virginiana aqui, perder, nem que seja por um momento, as rédeas da vida, tornou-se um grande desafio. Mas saio muito mais fortalecida, pois este momento se tornou essencial para que eu me tornasse uma pessoa melhor e que agora conhece um pouco mais sobre a história dos caminhos vividos pela humanidade a partir do conhecimento científico!

O Mundo

Um homem da aldeia de Neguá, no litoral da Colômbia, conseguiu subir aos céus. Quando voltou, contou. Disse que tinha contemplado, lá do alto, a vida humana. E disse que somos um mar de figurinhas. - O mundo é isso – revelou. - Um montão de gente, um mar de fogueirinhas. Cada pessoa brilha com luz própria entre todas as outras. Não existem duas fogueiras iguais. Existem fogueiras grandes e fogueiras pequenas e fogueiras de todas as cores. Existe gente de fogo sereno, que nem percebe o vento, e gente de fogo louco, que enche o ar de chispas. Alguns fogos, fogos bobos, não alumiam nem queimam; mas outros incendeiam a vida com tamanha vontade que é impossível olhar para eles sem pestanejar, e quem chegar perto pega fogo. (GALEANO, 2018, p. 13).

Acho que uma das coisas mais sinistras da história da civilização ocidental é o famoso dito atribuído a Benjamin Franklin, ‘tempo é dinheiro’. Isso é uma monstruosidade. Tempo não é dinheiro. Tempo é o tecido da nossa vida, é esse minuto que está passando. Daqui a 10 minutos eu estou mais velho, daqui a 20 minutos eu estou mais perto da morte. Esse tempo pertence a seus afetos. É para amar a mulher que escolhi, para ser amado por ela. Para conviver com meus amigos, para ler Machado de Assis. Isso é o tempo. É justamente a luta pela instrução do trabalhador é a luta pela conquista do tempo como universo de realização própria. A luta pela justiça social começa por uma reivindicação do tempo: ‘eu quero aproveitar meu tempo de forma que eu me humanize’. As bibliotecas, os livros, são uma grande necessidade de nossa vida humana. (Antonio Candido, sociólogo e crítico-literário)¹.

¹Texto extraído da Agenda MST 2019, produzida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso consiste na apresentação dos resultados obtidos através de pesquisa para o curso de graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó. Para o desenvolvimento deste estudo, buscou-se responder o seguinte problema de pesquisa: como ocorreu a introdução e as práticas da agroecologia em assentamentos do MST na região Oeste de Santa Catarina entre as décadas de 1990 a 2010? Assim, optou-se em realizar uma pesquisa qualitativa, tendo como intuito observar aspectos muito particulares da realidade vivida em assentamentos localizados nos municípios de Passos Maia e Chapecó. O recorte geográfico deste estudo é a região Oeste de Santa Catarina, tendo como recorte temporal o período entre as décadas de 1990 a 2010. Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizada como abordagem teórico-metodológica a História Ambiental e a História Vista de Baixo. No que se refere aos resultados obtidos através da pesquisa bibliográfica e documental, indica-se que a agroecologia se apresenta como uma definição do movimento a partir do 4º Congresso Nacional realizado em Brasília no ano 2000. É um direcionamento importante para que as famílias assentadas produzam de forma sustentável. Porém, na pesquisa desenvolvida, identificou-se inúmeras dificuldades para a implementação, incluindo questões de cunho econômico, bem como a presença da modernização agrícola no cotidiano das pessoas, incluindo na realidade das famílias assentadas. Mesmo com todo esse avanço do capital e da falta de políticas públicas, ainda são apresentadas ações voltadas à agroecologia na região e espera-se que as discussões propostas neste estudos, levando em conta o resgate histórico realizado, possam ser ampliadas ainda mais.

Palavras-chave: Agroecologia; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; História Social; História Ambiental.

ABSTRACT

This undergraduate thesis presents the results obtained through research for the History course at Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó. For the development of this study, we sought to answer the following research problem: how was the introduction and practices of agroecology in MST settlements in the western region of Santa Catarina between the 1990s and 2010s? Therefore, it was decided to carry out a qualitative research, aiming to observe very particular aspects of the reality experienced in settlements located in the municipalities of Passos Maia and Chapecó. The geographic focus of this study is the West region of Santa Catarina, having as time frame the period between the 1990s and 2010. For the development of the research, Environmental History and Low View History were used as a theoretical-methodological approach. According to the bibliographical and documentary research results, it is indicated that agroecology presents itself as a definition of the movement since the 4th National Congress held in Brasília in 2000. It is an important direction for the settled families to produce in a sustainable way. However, in the research developed, numerous difficulties for implementation were identified, including economic issues, as well as the presence of agricultural modernization in people's daily lives, including in the reality of settled families. Even with all this advance of capital and the lack of public policies, agroecology aimed actions are still presented in the region and we hope that the discussions proposed in this study, considering the historical recovery carried out, can be expanded even further.

Keywords: Agroecology; Landless Rural Workers Movement (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra); Social History; Environmental History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa das Regiões Geográficas Estado de Santa Catarina.....	13
Figura 2 – Localização dos Municípios de Chapecó (SC) e Passos Maia (SC).....	14
Figura 3 – Mapa do Estado de Santa Catarina (1927).....	33
Figura 4 – Município de Ponte Serrada – Plano Rodoviário (1959).....	34
Figura 5 – Acampamento Amexeira, Passos Maia (SC).....	36
Figura 6 – Acampamento Dom José Gomes, Chapecó (SC).....	37
Figura 7 – Reportagem Transgênicos afetam economia.....	47
Figura 8 – Reportagem Transgênicos: soberania em xeque.....	48
Figura 9 – Cartaz 4º Congresso Nacional – MST (agosto 2000).....	51
Figura 10 – Capa do Jornal Sem Terra (maio de 2006).....	53
.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIA	<i>American International Association for Economic and Social Development</i>
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
APACO	Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense
CEOM	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
CEPAGRI	Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais
COPERAL	Cooperativa dos Produtores Rurais do Alto Uruguai Ltda
COOPTRASC	Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Deser	Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FETRAF/SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PR	Paraná
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Rio Grande do Sul
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SC	Santa Catarina
SP	São Paulo

TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
ULTABS	Uniões de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

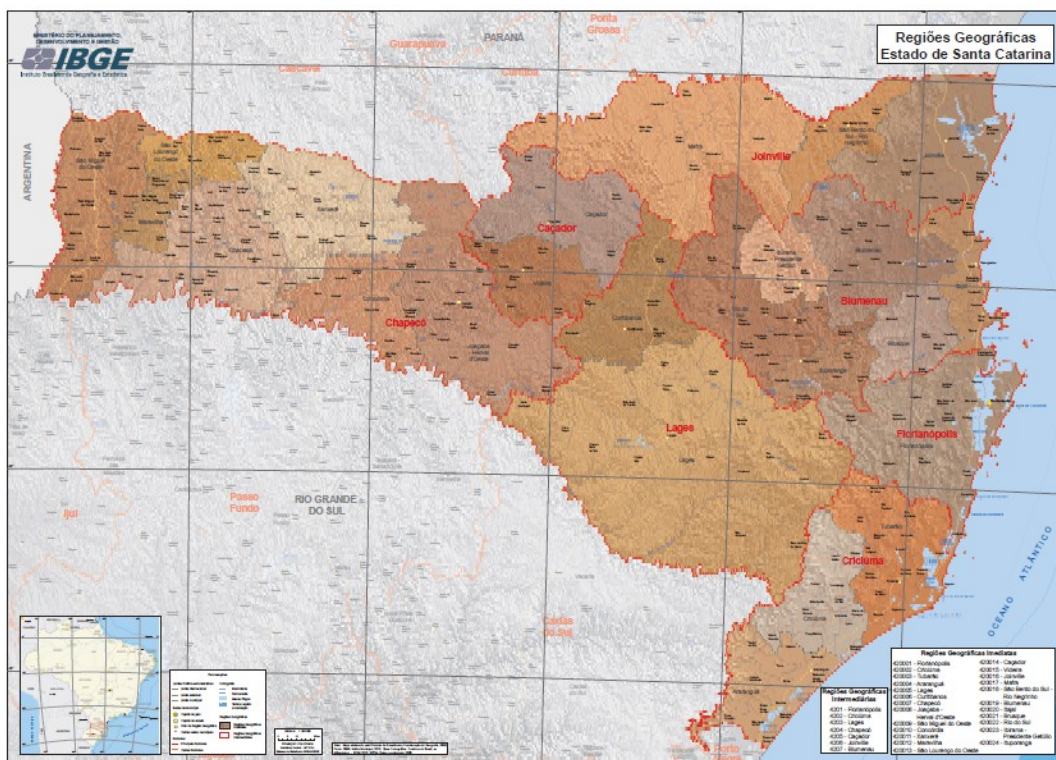
1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A QUESTÃO AGRÁRIA, O OESTE DE SANTA CATARINA E O MST.....	19
2.1	A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E O MST.....	19
2.2	O MST NO OESTE DE SANTA CATARINA.....	30
3	HISTÓRIA DA AGROECOLOGIA E O MST.....	38
3.1	A HISTÓRIA DA AGROECOLOGIA NO OCIDENTE E NO OESTE DE SANTA CATARINA.....	38
3.2	AGROECOLOGIA NO MST: EXPERIÊNCIAS EM ASSENTAMENTOS DE PASSOS MAIA E CHAPECÓ.....	50
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
	REFERÊNCIAS.....	65
	LISTA DE FONTES.....	70

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como intuito a elaboração de monografia para o curso de graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Assim, buscou-se discorrer sobre a temática da agroecologia e dos movimentos sociais na região que compreende-se como Oeste de Santa Catarina. Ainda, para o desenvolvimento desta pesquisa, partiu-se de estudos realizados anteriormente durante o desenvolvimento de especializações e dissertação de mestrado.

Para contextualizar os caminhos percorridos para a elaboração deste TCC, definiu-se a Região Geográfica de Chapecó (Figura 1), como recorte territorial assumido para desenvolvimento do estudo. Esta nomenclatura e divisão foi delimitada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir do ano de 2017 e corresponde a região Oeste do estado de Santa Catarina.

Figura 1 – Mapa das Regiões Geográficas Estado de Santa Catarina

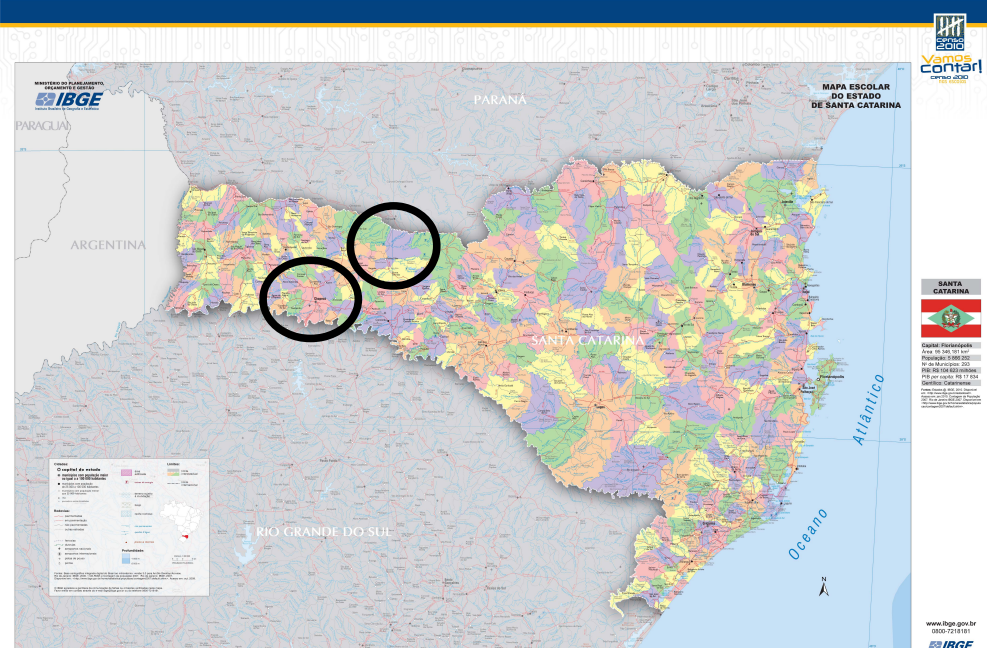


Fonte: IBGE (2017)

Buscou-se desenvolver a pesquisa a partir de dois municípios desta região, sendo eles Chapecó e Passos Maia (Figura 2). No que se refere a organização do MST nestes locais, indica-se que em Passos Maia estão presentes 14 assentamentos, denominados de Taborda,

Sapateiro I, Sapateiro II, Quiguay, Zumbi dos Palmares, Madre Cristina, Maria Rosa, 20 de novembro, 29 de junho, Che Guevara, União do Oeste, 13 de junho, Conquista do Horizonte e Conquista de Sepé, com aproximadamente 448 famílias. Já no município de Chapecó, destaca-se o assentamento Dom José Gomes, com 30 famílias residentes no local.

Figura 2 – Localização dos Municípios de Chapecó (SC) e Passos Maia (SC)



Fonte: Portal de Mapas. Adaptado pelas autoras. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa194> Acesso em: 21 abr. 2021

Referente ao recorte temporal delimitado para esta pesquisa, entre as décadas de 1990 a 2010, indica-se que os acampamentos e assentamentos datam do início dos anos de 1980, porém sua pauta inicial era o acesso à terra. Nesse sentido, o MST passa a contribuir com a organização dessas famílias na luta e garantia do direito de acesso à terra. É neste cenário que surgem diversos movimentos sociais do campo no estado de Santa Catarina e que será melhor explorado ao longo deste estudo.

Neste sentido, os movimentos sociais do campo surgiram com o intuito de organizar as pautas e demandas das mulheres e homens que vivem no campo brasileiro. Este espaço foi disputado ao longo do tempo e entende-se a terra como um elemento fundamental na desenrolar de diversos conflitos ao longo da história do mundo e do Brasil. Destaca-se, neste contexto, o papel importante para a organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e surgimento dos movimentos sociais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 1975 e a Teologia da Libertação. A Igreja tem um papel importante nesse contexto e além da

constituição dos movimentos sociais rurais, movimentos urbanos e sindicatos também foram fortalecidos nesse processo.

A partir dos anos de 1990, novas pautas passam a se destacar na organização do MST, dentre elas o acesso à educação, saúde, relações de gênero mais equânimes e o fortalecimento da produção. No que tange a produção de alimentos no MST, a partir de uma perspectiva sustentável, a inclusão do debate acerca da agroecologia ocorreu no ano de 2000, durante o 4º Congresso Nacional. Este evento articula a participação de militantes de todas as regiões do país para debaterem temas relativos a organicidade do movimento e direcionar os trabalhos em todas as esferas de sua estrutura.

Levando em consideração as discussões propostas até o momento, visando potencializar as reflexões deste estudo, buscou-se responder o seguinte problema de pesquisa: Como ocorreu a introdução e as práticas da agroecologia em assentamentos do MST na região Oeste de Santa Catarina entre as décadas de 1990 a 2010?

Quanto aos objetivos deste estudo, indica-se como objetivo geral: Compreender como ocorreu a introdução e as práticas da agroecologia em assentamentos do MST na região Oeste de Santa Catarina entre as décadas de 1990 a 2010. No que tange os objetivos específicos são descritos como: Apresentar elementos sobre a constituição e o surgimento dos movimentos sociais, em especial o MST; Identificar as discussões propostas sobre a agroecologia em materiais produzidos pelo MST entre as décadas de 1990 a 2010; Refletir sobre os debates acerca da história ambiental vinculando com a realidade da agroecologia em assentamentos do MST e as transformações desta paisagem; e Perceber como os percursos realizados pela agroecologia tem contribuído para a realidade das famílias acampadas e assentadas, bem como as dificuldades vividas.

A partir da apresentação desses objetivos, indica-se que esta é uma pesquisa qualitativa. Quanto ao recorte geográfico, delimitou-se os assentamentos localizados nos municípios de Passos Maia e Chapecó, no Oeste de Santa Catarina. Como recorte temporal, indica-se o período entre as décadas de 1990 a 2010. Isso ocorreu tendo em vista a consolidação dos assentamentos da Reforma Agrária no estado, bem como a inclusão das discussões sobre a agroecologia datadas do ano de 2000.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizada como abordagem teórico-metodológica a História Ambiental e a História Vista de Baixo. Esta última, parte da nova História Social, inglesa e que busca interpretar a história a partir da caracterização de acontecimentos relacionados às pessoas comuns, aos sujeitos que não constam como vencedores ao longo do tempo. Assim,

O princípio ontológico fundante na teoria thompsoniana assentava-se na razão do processo histórico, em outros termos, baseava-se na história real e concreta que é dinâmica, fluídica e impermanente. Isso significa que as metodologias históricas calçadas em modelos analíticos estáticos pouco ou nada contribuiriam para o avanço da pesquisa historiográfica. (MELO JÚNIOR, 2014, p. 397).

Neste sentido, os sujeitos que compõem a organicidade do MST na região Oeste de Santa Catarina, nos municípios de Passos Maia e Chapecó, foram historicamente explorados pelas relações produtivas. Compreende-se a agroecologia como uma estratégia de contraposição ao modelo produtivo vigente na realidade brasileira e que possa contribuir com o fim destes processos de exploração vividos pelas famílias assentadas. Desse modo, este grupo social se apresenta como excluído da história tradicional, pois não faz parte das bases do que se conhece como o agronegócio. Para Thompson (1981), a experiência dos sujeitos que compõem determinado grupo ou sociedade, possui um papel fundamental na construção da história. Assim,

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, 'relativamente autônomas') e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182).

A análise de Thompson, estrutura-se a partir das categorias "experiência", "classe social", "cultura" e "econômica moral". A partir das experiências dos sujeitos e dos costumes transmitidos através das gerações é que se estabelecem as relações entre as classes sociais. Elementos relativos à cultura dos povos são fundamentais para essa compreensão. Ainda segundo o autor, a partir de seus estudos sobre os costumes no século XVIII na Inglaterra,

[...] as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares. [...] Essa cultura transmite com vigor - e possivelmente também gera - desempenhos ritualísticos ou estilizados, na recreação ou em formas de protesto. (THOMPSON, 1998, p. 18).

A partir das discussões propostas pela História Social, levando em consideração as transformações realizadas a partir deste novo olhar para os processos históricos, outro campo

tem se ampliado para compreender as questões relacionadas ao ambiente e a alteração da paisagem. Assim, pode-se dizer que a História Ambiental é,

[...] em resumo parte de um esforço revisionista para tomar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido. Acima de tudo, a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e "supernatural", de que as conseqüências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas. (WORSTER, 1991, p. 199)

É a partir da década de 1970, que a História Ambiental passa a integrar os campos teórico-metodológicos da disciplina História. Seu objetivo principal pode ser descrito como “[...] aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados.” (WORSTER, 1991, p. 200). Neste estudo, busca-se compreender a relação das famílias assentadas com o ambiente onde foram constituídos os assentamentos e relacionando com a forma que produzem. As diferenças entre uma produção convencional e uma produção agroecológica, podem alterar o ambiente em que vivem.

Ainda para Worster (1991), existem três categorias de análise para a compreensão da História Ambiental. Assim, num primeiro momento, tem-se a compreensão da natureza nas bases de seu passado, levando em conta aspectos orgânicos e inorgânicos. Como segundo ponto, ocorre a introdução das discussões sócio-econômicas em relação com o ambiente e as transformações da humanidade a partir disso. E em terceiro lugar indica-se a “[...] interação mais intangível e exclusivamente humano, puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza.” (WORSTER, 1991, p. 202).

Desse modo, buscou-se desenvolver a presente pesquisa. a partir da compreensão da História Ambiental e a História Vista de Baixo enquanto direcionamento teórico-metodológico. Inicialmente, foi realizada pesquisa bibliográfica acerca das temáticas centrais da pesquisa, sendo elas: História da Fronteira Sul, História Ambiental, Movimentos Sociais e Agroecologia. Após a revisão bibliográfica, a partir das temáticas centrais, foi realizada pesquisa documental sobre a introdução e as práticas da agroecologia, em especial na realidade do MST, entre os anos de 1990 a 2010. Para isso, foram utilizadas como fonte: mapas históricos, fotografias, cartilhas e documentos produzidos pelo MST, reportagens do Jornal Sem Terra, Diário Catarinense e Folha de São Paulo. Foram analisados materiais

localizados no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), no *site* do MST e arquivo pessoal.

Com isso, compreende-se os acervos como um elemento importante para o trabalho do historiador/historiadora. Assim, parte-se do pressuposto de que os acervos, presentes nos diferentes arquivos, são fundamentais para o desenvolvimento dos estudos de pesquisadoras e pesquisadores que estão nos diversos níveis de formação acadêmica e no ensino de história. Pode-se dizer

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará de história. (FARGE, 2009, p. 14).”

Por fim, este trabalho foi dividido em dois capítulos. O primeiro, denomina-se A Questão Agrária, o Oeste de Santa Catarina e o MST, sendo dividido em dois itens: A Questão Agrária Brasileira e o MST; e O MST no Oeste de Santa Catarina. No segundo capítulo, denominado de História da Agroecologia e o MST, é dividido em dois itens, sendo eles: A História da Agroecologia no Ocidente e no Oeste de Santa Catarina; e Agroecologia no MST: experiências em assentamentos de Passos Maia e Chapecó.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA, O OESTE DE SANTA CATARINA E O MST

Neste capítulo, serão apresentados elementos sobre o surgimento e organização do MST na realidade brasileira. Num primeiro momento será abordado a estrutura agrária do Brasil, levando em conta os diversos movimentos de resistência por parte dos camponeses e camponesas na realidade brasileira. Este movimento de resistência à expropriação da terra, por famílias camponesas, também contribuiu para o surgimento do MST no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980.

Outro ponto que será explorado neste capítulo, é a realidade do MST no Estado de Santa Catarina, em especial na mesorregião Oeste. Neste local, ao longo da história, ocorreram inúmeras disputas referentes ao acesso à terra por parte dos diferentes grupos sociais que a ocuparam, sendo que algumas delas foram apresentadas neste capítulo. Além disso, serão aprofundadas as discussões sobre a constituição dos assentamentos localizados nos municípios de Passos Maia e Chapecó.

2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E O MST

Para a compreensão da questão agrária brasileira e a constituição do MST neste processo, torna-se necessário discorrer sobre como este campo se organizou ao longo da história. Os percursos vividos ao longo da formação do estado brasileiro ocorreram de forma desigual no que tange o acesso à terra como um meio de produção e reprodução da vida. As terras sempre estiveram nas mãos de poucos, com interesses e relações pessoais em destaque, sendo que desde a chegada dos portugueses, a posse das terras era tomada por aqueles tidos como os vencedores ou com maior poder de dominação. Além disso, aqueles que elaboravam as leis, tinham um maior poder nas relações sociais e econômicas.

Levando em conta os quatro primeiros séculos de ocupação europeia no território que hoje se compreende como o Brasil, o latifúndio se apresentou como predominante. A organização do território a partir das capitânicas hereditárias e o predomínio da produção açucareira, através dos engenhos, contribuíram para o acesso desigual da terra e o genocídio indígena. Além disso, pelo fato de não terem localizado inicialmente pedras preciosas, como foi o caso da América espanhola, buscou-se estabelecer uma produção agrícola que se desenvolvesse neste território e gerasse lucros para a Coroa. Assim, a partir das experiências com o plantio da cana de açúcar nas Ilhas de Madeira e Açores, em pequenas propriedades, foram estabelecidas estas práticas no Brasil.

A predominância desta produção irá ocorrer entre os séculos XVI e XVIII, com um maior domínio nas províncias de Pernambuco e Bahia. Nos anos de 1550 a 1670, o Brasil desempenhou o papel de maior produtor de açúcar do mundo atlântico. Neste contexto, são estabelecidos engenhos e seus latifúndios para a produção da cana, matéria-prima para a produção do açúcar. Porém, além dos senhores de engenho, estabeleceram-se outros grupos desenvolvendo a produção numa escala menor, atuando como lavradores de cana ou produtores para a subsistência. (SCHWARTZ, 2014).

A chegada da família real no território, no ano de 1808, também contribuiu com alterações no uso da terra no Brasil. Desse momento histórico, até o processo de Independência, a figura de d. João VI representava a maior entidade da família real em terras brasileiras. Com sua volta a Portugal, e com a Independência proclamada por seu filho, d. Pedro I, muitas transformações foram vivenciadas nas terras que de Colônia passaram a ser chamadas de Império.

Sobre o início do Período Imperial, de 1822 a 1889, d. Pedro I foi o representante do Império, num momento denominado como Primeiro Reinado. Assim, a presença de d. Pedro I, não agradava a todas as pessoas que viviam em terras brasileiras, sendo que um dos fatores estava relacionado ao fato dele ter nascido em Portugal e não representar aqueles que já nasceram no Brasil. Assim, com a morte de d. João VI e devido às pressões vividas no Brasil, o mesmo retornou a Portugal, deixando seu filho, ainda menor de idade, como imperador. É nesse contexto que se inicia uma nova fase da história do Brasil, denominada de Período Regencial, que ocorreu entre os anos de 1831 a 1840.

Assim, pode-se dizer que o Período Regencial foi um

[...] momento crucial do processo de construção da nação brasileira. Por sua pluralidade e ensaísmo, Marco Morel o definiu como um grande “laboratório” político e social, na qual as mais diversas e originais fórmulas políticas foram elaboradas e diferentes experiências testadas, abarcando um amplo leque de estratos sociais. O mosaico regencial não se reduz, portanto, a mera fase de transição, tampouco a uma aberração histórica anárquica, nem mesmo a uma simples “experiência republicana”. A crise profunda, produzida primeiro pela oposição a d. Pedro I e depois na disputa pelo governo regencial, aliada a vacância do trono e à falta de unidade até então observada da elite política imperial, ensejou a formação de facções distintas, portadoras de diferentes projetos. Possibilitou também a entrada em cena de novos atores políticos e camadas sociais até então excluídas de qualquer participação ativa. (BASILE, 2009, p. 97).

Este cenário, de grandes transformações na realidade do império, foi importante para a constituição do Brasil enquanto uma nação. Nesta citação, é possível perceber sua importância para a realidade brasileira. Num momento de crises e com inúmeras disputas

sendo vivenciadas em diferentes regiões do país, como a Revolta dos Malês, Sabinada, Cabanagem, Balaiada e Farroupilha, novos sujeitos passaram a exprimir sua história na constituição da nação brasileira.

É neste contexto que as disputas, além das questões relacionadas aos embates com aqueles que detinham o poder junto ao Império, o cunho territorial e as disputas pelo uso das terras também estavam presentes. Quando se refere a distribuição de terras na história do Brasil, ela sempre esteve nas mãos de poucas pessoas, sob o poder dos chamados coronéis. Isso ocorreu nas diversas regiões do país, sendo de diferentes formas em cada realidade. Indígenas, negros escravizados ou livres, mulheres, pobres, sempre foram desapropriados do acesso e do uso da terra, sendo o que sempre prevaleceu na realidade brasileira foi o uso dela por homens, brancos e ricos.

Durante o Segundo Reinado, que teve vigência entre os anos de 1840 a 1889, sob domínio de d. Pedro II, os avanços no que tange a concentração de terras e o processo de expulsão dos sujeitos que não correspondiam ao padrão de homem branco e rico, tornou-se viável legalmente a partir da Lei de Terras de 1850. Assim, esta lei determinava como a terra deveria ser utilizada e que, para ser dono, era necessário possuir documento oficial que comprovasse a posse intensificando o latifúndio no país.

Este breve contexto histórico tem como intuito fazer com que se perceba como o uso da terra ocorreu em terras brasileiras ao longo de sua trajetória. Porém, destaca-se que no século XX foi que ocorreu a reconfiguração das relações no campo e, com o capitalismo em ascensão, novas práticas passaram a ser implantadas para o desenvolvimento do país. Cabe destacar que a concentração de terras continuou sendo um elemento fundamental para esse novo modelo; porém, sempre houve resistência dos sujeitos excluídos desse acesso vistas a partir dos inúmeros movimentos, revoltas e questionamentos à ordem vigente.

No Brasil, a partir das diferentes expressões, o olhar sobre os trabalhadores rurais e sua função para o desenvolvimento do país foi se constituindo de forma desigual. Assim, sistematicamente, pode-se dizer que,

Ao longo dessas décadas, houve escravos (indígenas, negros, mestiços), meeiros, colonos, parceiros, assalariados, diaristas e outros. Mas também pelourinhos, troncos, emboscadas, invasões de terras, greves, prisões e assassinatos políticos. E, houve também romarias, santos milagrosos, monges, cangaceiros, ligas camponesas e sindicatos rurais. Esse é o conjunto das manifestações de antagonismos, crises e lutas que assinala as sucessivas metamorfoses do trabalhador agrícola brasileiro. (IANNI, 2012, p. 127-128).

A partir dos diferentes movimentos, sempre houve embates e disputas nas relações estabelecidas no campo brasileiro. Partindo desse princípio, podem-se destacar lutas como a Guerra do Contestado, entre Santa Catarina e Paraná, a Guerra de Canudos, na Bahia, nas quais os expropriados das respectivas terras sempre resistiram. Assim, a partir da presença desses sujeitos, que na grande maioria das vezes não possuíam documentos das terras em que viviam, e a partir de suas lutas, novas formas de compreender a vida agrária passam a se estabelecer. De um lado, poucas pessoas com grandes áreas de terras e, do outro, os processos de resistência dos excluídos dessa “partilha” devido a sua origem, classe social e modo de vida.

Foi nesse novo campo de disputas, entre modelos de produção para a agricultura, que o processo de modernização passou a ser intensificado no país no século XX. Optou-se por um modelo já em desenvolvimento no cenário mundial, que conduziria os processos agrícolas brasileiros de forma moderna. Nesse contexto, não havia espaço para as relações vistas como “atrasadas” para o uso da terra. E muitas ações foram enfatizadas nesse sentido, como o branqueamento da população e a introdução de meios mais eficazes de produzir. Aqui, destaca-se o processo de modernização agrícola potencializado no país a partir da metade do século XX e que se tornou base para a compreensão do modelo vigente até os dias atuais.

Ainda sobre a concentração de terras, é possível compreender sua intensidade a partir de recenseamento realizado no ano de 1950. Nele, apontou-se que,

[...] enquanto os pequenos estabelecimentos, cujo número representa 85% do total, ocupam somente 17% da área recenseada, os médios (6% do número total) ocupam 8% da área, e os grandes, que são apenas 9%, ocupam 75% da área. O alto grau de concentração da propriedade agrária é aí patente. (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 17).

Esses dados refletem os processos desiguais no acesso à terra no Brasil. A concentração de terras contribui para o aumento das desigualdades sociais e essas ações também fazem parte do modelo hegemônico de produção. Concentrar a terra faz com que se aumentem as áreas produtivas. Aliado a isso, no novo modelo em nome da modernização, ampliam-se os monocultivos e, assim, a exportação de *commodities* e não de alimentos. Assim, passam a ser produzidos mercadorias bens que irão gerar cada vez mais lucros para grupos reduzidos e gerando uma intensificação na concentração das terras cultivadas. Nesse contexto de desigualdades de acesso à propriedade,

No Brasil, há muitos anos tiveram início as organizações camponesas. A maior parte das tentativas foi orientada no sentido de constituir sindicatos rurais. Houve bom

impulso, no início, mas não chegaram a vingar. Muitos não resistiram à pressão do poder econômico e desapareceram. (JULIÃO, 2009, p. 275).

Nesse sentido, com o passar do tempo, novas lutas passaram a ser estabelecidas, mas ainda com temática central voltada para a terra e a vida no campo. O ano de 1944 apresentou-se como um marco para as lutas do campo, pois foi criado um decreto que buscava autorizar a organização sindical rural de assalariados agrícolas. A partir de 1945, iniciaram-se as primeiras ações organizadas de trabalhadores rurais, levando em consideração o cenário político em que chegavam ao fim a “Era Vargas” e a Segunda Guerra Mundial. Também foi nesse momento, com o auxílio do Partido Comunista, que os primeiros movimentos relacionados às Ligas Camponesas passaram a ser visíveis no cenário nacional.

Nesse caminho operam os ativistas do Partido Comunista, realizando entre 1945 e 1947, uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas em quase todos os Estados brasileiros. Fundaram-se, então, centenas de Ligas Camponesas, que reuniam milhares e milhares de pessoas. Os êxitos alcançados foram de tal importância que nem os elevados índices de analfabetismo do meio rural impediram a eleição de considerável número de representantes comunistas para as assembleias estaduais e municipais, com a grande contribuição da votação camponesa. (MORAIS, 2012, p. 22).

Assim, no ano de 1954, têm-se o maior destaque as Ligas Camponesas, onde ressurgiram com maior intensidade e passaram a organizar as reivindicações dos camponeses em diversas partes do país. Nesse sentido,

O movimento das Ligas Camponesas penetrou organizado nos seguintes Estados brasileiros: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Guanabara (extinto), Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Acre e no próprio Distrito Federal (Brasília). (MORAIS, 2012, p. 65).

Atuavam com maior ênfase e detinham maior poder nas Ligas localizadas na Paraíba, em Pernambuco e no Paraná. As lutas foram intensificadas principalmente em 1964, meses que antecederam o golpe militar, o qual desestabilizou todas as ações de luta no País. Ainda segundo Moraes (2012, p. 71), “Não se pode negar o importante papel que desempenhou entre 1955 e 1964, na criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária.”

Outro movimento que surgiu no período e se apresentou com grande ênfase no Rio Grande do Sul foi o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Este movimento

[...] se desenvolveu no Rio Grande do Sul de 1960 a 1964, mobilizou mais de cem mil agricultores organizados em Associações de Agricultores Sem-Terra, destacando-se pela formação de acampamentos junto às áreas que pretendiam

fossem desapropriadas pelo governo estadual. Essa mobilização forçou, na prática, uma campanha pela reforma agrária. (ECKERT, 2009, p. 71).

Foi no período de 1962 a 1963 que surgiu o maior número de acampamentos pelo estado. As práticas que visavam estabelecer esses espaços de luta partiam da realidade e dos costumes locais. Os acampamentos tinham como objetivo reunir as pessoas que haviam sido excluídas do processo de distribuição de terras. Assim, mesmo com a grande capacidade de se manter ativo, mesmo com inúmeras represálias, o movimento também sucumbiu com a instauração do golpe civil-militar de 1964. Sintetizando esse momento da história brasileira, observa-se que

[...] a questão agrária desde muito cedo esteve no centro das lutas de emancipação no Brasil, fossem elas abolicionistas, republicanas ou separatistas, e atravessou os séculos até os dias atuais – como é o caso de movimentos tão díspares e importantes quanto a Revolução Farroupilha, a Sabinada, a Balaiada, a Cabanagem ou a Revolta de Canudos, e que redundaram em organizações como as Ligas Camponesas, as Uniões de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultabs) ou o antigo Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), já no século XX, interrompidos pelo Golpe de 1964. (GARCIA, 2012, p. 458).

Compreende-se que no Brasil, a partir da metade do século, todas as ações voltadas para a agricultura estavam alicerçadas na produção em grande escala, na inserção e uso nas propriedades dos insumos produzidos pelas indústrias estrangeiras, descartando qualquer possibilidade de organização dos camponeses ou de se pensar em outra forma de desenvolver a agricultura. Nesta realidade, pode-se destacar que,

A partir da década de 1960, o capitalismo mundial inicia o processo de internacionalização da produção sob a ‘coordenação’ dos Estados Unidos, ou seja, as empresas transnacionais passam a procurar novas áreas de produção que possibilitem a ampliação da acumulação capitalista (baixos salários e novos mercados consumidores. [...]) O Brasil, então por meio da ditadura militar forjou as condições políticas e sociais para o implemento de um novo modelo capitalista assentado no capital estrangeiro. A agricultura familiar brasileira, com o modelo agrícola dos militares, tornou-se inviável, incapaz de continuar se reproduzindo no novo paradigma econômico. A agricultura capitalista articulou-se com a indústria e imprimiu um novo padrão produtivo, baseado no cultivo intensivo do solo, na utilização de insumos químicos e no emprego de máquinas industrializadas. (SILVA, 2004, p. 29-30).

Assim, para o governo militar, a introdução de um modelo de produção capitalista era essencial para o desenvolvimento da nação é fundamental para retirar a imagem de país atrasado. A relação entre a agricultura voltada para o capital e as indústrias se completava, pois era necessário absorver a produção de insumos e posteriormente comercializar e exportar

a produção agrícola. A partir da Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, que criou o Estatuto da Terra, passou-se a estipular novos parâmetros para a Reforma Agrária. Desse modo,

O Estatuto da Terra classificou os imóveis rurais em quatro categorias, de acordo com o seu tamanho em termos de módulos rurais (unidade de medida, em hectares, que buscava exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e as condições de aproveitamento econômico): minifúndio [...]; latifúndio por exploração [...]; latifúndio por extensão [...]; empresas. [...] O Estatuto da Terra previu as condições institucionais que possibilitavam a desapropriação por interesse social e a transformação do latifúndio em empresa. (MEDEIROS, 2012, p. 447).

Nesse sentido, visando à adequação da produção a partir das políticas adotadas pelos governantes, esse modelo que se tornou hegemônico está alicerçado no que pode ser chamado de Revolução Verde. Este método de produção foi fortemente difundido nos países em desenvolvimento a partir da década de 1960 e o Brasil teve um papel importante para seu fortalecimento. Por muito tempo, e na mente de alguns ainda hoje, compreende-se o Brasil como o celeiro do mundo, aquele que seria responsável por uma produção que contribuísse com o desenvolvimento da humanidade. Dessa forma, intensificou-se o processo de desenvolvimento da Revolução Verde, sendo ela

[...] uma variante da revolução agrícola contemporânea desprovida de motorização-mecanização, desenvolveu-se muito mais amplamente. Baseada na seleção de variedades com bom rendimento potencial de arroz, milho, trigo, soja e de outras grandes culturas de exportação, baseada também numa ampla utilização de fertilizantes químicos, dos produtos de tratamento e, eventualmente, em um eficaz controle da água de irrigação e da drenagem, a revolução verde foi adotada pelos agricultores que eram capazes de adquirir esses novos meios de produção e nas regiões favorecidas, onde era possível de rentabilizá-los. Ressaltamos que em muitos países, os poderes públicos favoreceram intensamente a difusão dessa revolução comandando políticas de incentivo aos preços agrícolas, de subvenções aos insumos, de bonificação dos juros de empréstimo e de investimentos em infraestruturas de irrigação, drenagem e transporte. (MAZOYER, 2010, p. 28-29).

Essa lógica de produzir está ancorada na produção em grande escala e em grandes áreas de terra. Os investimentos para esse modelo produtivo são altos; necessitava-se, pois, que os produtores possuíam estabilidade e reservas para caso houvesse problemas com clima, pragas, entre outros fatores. Na realidade das famílias camponesas, para acessar tais produtos inovadores para a agricultura, foi necessária a realização de empréstimos e financiamentos nos bancos, o que, com o passar dos anos, inviabilizavam a produção, pois as famílias estavam cada vez mais endividadas e não conseguiam pagar as contas e adquirir mais produtos para continuar competindo no mercado com a sua produção. Outro fator presente:

nem todas as famílias conseguiram se enquadrar nesse processo e ficaram à margem, tendo que recorrer ao crescimento desordenado das cidades, engrossando as fileiras do êxodo rural.

Em vários casos o mundo agrário decresce de importância, ou simplesmente deixa de existir, se se trata de avaliar sua importância na organização e dinâmica das sociedades nacionais e da sociedade global. É claro que o mundo agrário continua a existir, estar presente e até mesmo revelar-se indispensável, mas diverso, transformado, transfigurado. [...] Ocorre que o mundo agrário já está tecido e emaranhado pela atuação das empresas, corporações e conglomerados internacionais. São núcleos ativos e predominantes, articulando atividades produtivas e mercados, geopolíticas mercantis e marketings, modalidades de produtos e ondas de consumismo. Ainda que subsistam e se recriem as mais diversas modalidades de organização do trabalho e da produção, muito do que se faz no mundo agrário está formal ou realmente subsumido pelo grande capital fluando pelo mundo afora. A estratégia das transnacionais tem provocado mudanças no uso do solo e na orientação das atividades agrícolas. (IANNI, 2001, p. 37).

Ainda segundo Ianni (2001, p. 45), “Além de ‘revolucionar’ as condições socioeconômicas, políticas e culturais do mundo agrário, as corporações se impõem mais ou menos decisivamente aos Estados Nacionais.” Assim, esses grupos empresariais que possuíam os monopólios da produção agrícola também estavam atrelados aos governos, contribuindo para a consolidação de suas ações. Para os governos, essas intervenções eram importantes, pois se estava atribuindo um novo olhar sobre o Brasil no cenário mundial, contribuindo para o desenvolvimento da Nação.

O fortalecimento das ações relativas ao setor empresarial no meio rural foi incentivado pelo governo. Assim, para Medeiros (2012, p. 448),

Esses estímulos atraíram também grandes empresas do setor industrial e financeiro para o meio rural, interessadas na especulação com a terra. Com esse tipo de política, a ideia de criação de uma classe média rural deixou de ser relevante. Da mesma forma, perdeu-se de vista que a definição de empresa não poderia ser feita apenas pelas suas características produtivas, mas também pelo respeito à legislação trabalhista e pela preservação ambiental, condição para que o imóvel cumprisse a sua função social, segundo o Estatuto da Terra. Ao longo das transformações que implicaram a modernização tecnológica das atividades agropecuárias – mecanização em larga escala, introdução de insumos químicos, aumento de produtividade, agroindustrialização, redução drástica da população rural em relação à urbana e expansão da fronteira agrícola –, as condições de trabalho no meio rural se deterioraram, bem como as condições de reprodução da propriedade familiar.

Não se negava a existência da pequena produção, porém os grandes investimentos estavam atrelados a esse novo olhar de desenvolvimento da economia do país. Para Ianni (2001, p. 39), “A pequena produção continua a ser importante no conjunto da vida socioeconômica no mundo agrário. Entretanto, essa pequena produção encontra-se em geral determinada pelas exigências da grande produção.” Novamente, indica-se que os pequenos

produtores, aqueles com um menor poder frente às relações sociais, sofreram as consequências por não se adequarem ao modelo de produção em desenvolvimento.

Na busca em refletir sobre a grande concentração de terras que se vivia no Brasil, sobre as transformações do trabalho na área rural e as demais contradições vivenciadas nesse momento da história, iniciaram-se os debates acerca da Teologia da Libertação, a partir da criação da CPT no ano de 1975. As igrejas cristãs tiveram grande influência para o surgimento dos movimentos sociais no país, inclusive na mesorregião Oeste, foco de nosso estudo. Nesse sentido, segundo Renk (2000, p. 372),

A CPT, formada nacionalmente pelas lideranças das ‘igrejas cristãs’, numa perspectiva ecumênica, conta com a presença da IECLB, Igreja Presbiteriana Independente, Igreja Metodista, Assembléia de Deus e da CNBB. No Oeste de Santa Catarina unicamente a Igrejas Católica – através da Diocese de Chapecó – e a IECLB – pelo Distrito Eclesiástico do Alto Uruguai – participaram dessa comissão. Criada em 1977, procurou ‘dessacramentalizar’ a pastoral, centrando suas atividades no sindicalismo rural, pelo descompasso que havia entre a diretoria e a base sindical. Deve ser lembrado que no período militar o sindicalismo rural esteve voltado a questões de ordem médica e assistencial, e, na maioria dos sindicatos, outras questões do campesinato eram relegadas como segunda ordem.

É possível perceber que, com a criação da CPT na região, os debates acerca do campesinato e os dilemas da vida rural passaram a ser compreendidos como pontos de pauta dos sindicatos, para além dos cuidados com saúde e assistência às famílias agricultoras. Novas pautas passam a ser assumidas por estes grupos levando em conta a compreensão das desigualdades sociais vividas no campo. Assim, as ações desenvolvidas pela CPT ocorreram

[...] junto dos homens e mulheres do campo em toda a sua diversidade: pequenos proprietários, agricultores familiares, agricultores sem-terra, camponeses e camponesas de diversos matizes – quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e outros muitos –, trabalhadoras e trabalhadores rurais assalariados, com atenção especial para os submetidos a condições análogas ao trabalho escravo. (CANUTO, 2012, p. 128).

De um modo geral, o processo de modernização agrícola comprometeu severamente as pequenas propriedades no país e as que se encontravam no oeste catarinense, onde as quais se estabeleciam a partir da produção de pequena escala, principalmente para a subsistência dos grupos familiares e com a escoação dos excedentes produzidos. Com a introdução de agroindústrias e a necessidade da produção para grandes mercados, vendiam-se aos agricultores e agricultoras os pacotes de produtos, sementes e animais, tendo como foco garantir uma produção maior e mais rentável. Esses pacotes eram oriundos de grandes empresas multinacionais e serviam para ampliar a produção, porém ao mesmo tempo

tornavam os agricultores e agricultoras reféns de seus produtos. Aqui, percebe-se os efeitos da Revolução Verde no cotidiano das famílias agricultoras e os seus efeitos nocivos a esta realidade.

Porém, foi nesse contexto que, na década de 1980, surgiram movimentos sociais do campo na região, sendo eles o: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros movimentos e sindicatos que expressaram ao longo dos anos os inúmeros conflitos e processos de exclusão vivenciados na região.

Nesse sentido, buscar-se-á conceituar, mesmo que brevemente, o surgimento do MST na realidade brasileira. Segundo o problema de pesquisa deste estudo, o MST é a organização na qual quer se compreender sobre a introdução e as práticas agroecológicas no oeste catarinense. Assim, pode-se conceituar o MST como

[...] um movimento socioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses pobres – como parceiros, meeiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra – e também diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira. (FERNANDES, 2012, p. 496).

A questão fundamental e que contribuiu com o surgimento do MST, foi a articulação dos diferentes grupos de camponeses pobres e o apoio de diversos lutadores sociais na realidade brasileira, na busca pelo acesso à terra e a Reforma Agrária. Está última tão sonhada, mas nunca efetivada na estrutura agrária brasileira. Contribuindo ainda com a compreensão acerca do MST, segundo Fernandes (2012, p. 496),

Seu processo de formação começou por meio de diferentes formas de luta pela terra, realizadas por grupos de camponeses em todo o país, com o apoio da *Comissão Pastoral da Terra* (CPT), no período de 1978 a 1983. Das lideranças que surgiram nesse processo, constituiu-se, então, um movimento nacional. Na região Centro-Sul do Brasil, a CPT apoiou as famílias camponesas que realizavam as ocupações de terras que deram origem ao MST. O I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aconteceu entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, em Cascavel (PR), e considera-se o dia 21 de janeiro como a data oficial de fundação do MST. Todavia, sua gênese teve um período de gestação que começou nos últimos anos da década de 1970, com lutas por terra nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Destaca-se as ocupações de terras como fundamentais para a origem do movimento social e pode-se dizer que “O oeste catarinense foi um dos lócus importantes de gestação e de surgimento do MST.” (POLI, 2008, p. 88).

No que tange as primeiras ocupações de terra no Brasil, as mesmas ocorreram em 1979 no Rio Grande do Sul e em 1980 em Santa Catarina. No estado catarinense, destaca-se a ocupação da Fazenda Burro Branco, em 1980, no município de Campo Erê (SC). Já, no ano de 1981, foi realizada a ocupação que originou o acampamento da Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta (RS), ação fundamental para a organização do movimento social e para sua consolidação. Assim,

O acampamento da Encruzilhada Natalino é uma das maiores referências históricas na gênese do MST. A organização e a mobilização dos sem-terra emergiram da resistência à repressão do Governo Federal, que utilizou o Coronel Curió para desmobilizar o acampamento, e se constituiu em novo paradigma para a organização dos sem-terra, identificados como a democracia direta e auto-organização do grupo. (SILVA, 2004, p. 37).

Foram as ocupações de terra e a formação dos acampamentos que tornaram o movimento social visível para o Brasil e o mundo, onde passou a materializar as grandes desigualdades sociais apresentadas a partir da má distribuição de terras. Mais uma vez, na história do Brasil, aqueles que foram desapropriados do acesso às terras, organizam-se em grupos para reivindicarem o seu direito a ela. Para além dos grandes proprietários de terras, os inimigos também foram os governos, pois buscaram veemente aniquilar a organização do movimento social desde sua articulação inicial.

Ampliando a compreensão acerca da história do MST,

[...] desde sua gênese, tem sido a principal organização no desenvolvimento dessa forma de luta. É impossível compreender a sua formação, sem entender a ocupação da terra. O MST nasceu da ocupação da terra e a reproduz nos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Em cada estado onde iniciou a sua organização, o fato que registrou o seu princípio foi a ocupação. Essa ação e sua reprodução materializam a existência do Movimento, iniciando a construção de sua forma de organização, dimensionando-a. A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado. (FERNANDES, 2000, p. 19).

Essas ocupações representaram um marco fundamental para a organização do movimento social e geraram condições, mesmo que de uma forma inicial, para mudanças de ordem organizativa e produtiva na realidade brasileira. Foram essas ações que possibilitaram a formação dos primeiros assentamentos e a promoção de uma política, mesmo que falha, de Reforma Agrária. Assim, as ações de ocupar e lutar pela redistribuição de terras foram fundamentais para o processo de redemocratização do país, tendo em vista que desde 1964,

com o golpe civil-militar, a grande maioria das organizações sociais, do campo e da cidade, haviam sido reprimidas.

2.2 O MST NO OESTE DE SANTA CATARINA

No cenário catarinense, após a estruturação do movimento e a primeira ocupação de terra realizada na fazenda Burro Branco no ano de 1980, destaca-se como fundamental a ocupação realizada no município de Abelardo Luz no dia 25 de maio de 1985. Esta ocupação é vista como um marco para a organização do MST no estado e desempenha um papel importante na trajetória de lutas da organização. Segundo Poli (2008, p. 109), a ocupação de 1985,

[...] foi um marco decisivo na organização do movimento, não só no oeste catarinense mas também no estado e mesmo no país. Foi a partir deste fato que o movimento ganhou uma representação nacional e passou a construir uma infraestrutura que lhe permitiu agir com mais autonomia em relação à igreja, sindicatos e outras instituições.

No período de 1985, para além da ocupação de Abelardo Luz, outros municípios tiveram a organização de acampamentos, sendo eles: “[...] São Miguel do Oeste, Anchieta e Mondaí, mobilizando mais de duas mil famílias.” (BRUNETTO, 2002, p. 221). Foi a partir das ocupações de terra e da organização dos acampamentos² na região, que começaram a surgir os primeiros assentamentos³ de reforma agrária vinculados à luta do MST no estado de Santa Catarina. O primeiro assentamento do estado de Santa Catarina está localizado no município de Ponte Serrada e teve como data de sua fundação o dia 29 de outubro de 1985, sendo denominado de 25 de maio ou Derrubada. As famílias que foram assentadas neste local eram oriundas do acampamento realizado em Abelardo Luz denominado 25 de maio. Desse modo foi constituído o primeiro assentamento do estado, local onde as famílias passaram a ter a concessão de posse para o uso da terra visando a sua subsistência de seus grupos familiares.

Para compreender melhor este processo de luta vivenciado na região a partir dos anos de 1980, serão apresentados elementos sobre a organização do movimento social na realidade

² “Acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o acesso à terra para a produção e a moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária. [...] Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra.” (FERNANDES, 2012, p. 21).

³ “[...] a expressão assentamento rural (criada na esteira dos processos de assentamentos urbanos) parece datar de 1960, sobretudo como referência em relatórios de programas agrários oficiais executados na América Latina, designando a transferência e a alocação de determinado grupo de famílias de trabalhadores rurais sem-terra (ou com pouca terra) em algum imóvel rural específico, visando à constituição de uma nova unidade produtiva [...]” (LEITE, 2012, p. 109).

dos municípios delimitados como foco do nosso estudo. Um dos municípios, denominado de Chapecó, tem sua origem no ano de 1917, porém sua história é muito anterior a isso. Na realidade brasileira, uma das estratégias utilizadas pelo Império era a criação de colônias militares como instrumentos de defesa e ocupação dos territórios. Nesta realidade

O governo imperial, que havia criado através do decreto n. 2.502 de 16 de novembro de 1859 as colônias militares de Chapecó e Chopim, tratou de implantá-las ante a reivindicação argentina. Em 14 de março de 1882, na atual cidade de Xanxerê, foi implantada a Colônia Militar de Chapecó. Além do objetivo da defesa da fronteira, as colônias militares visavam a proteger os habitantes dos campos de Palmas, Erê, Xagu e Guarapuava. As armas e a catequese eram utilizadas para neutralizar os indígenas. (WERLANG, 2006, p. 20).

Esta forma de proteger as fronteiras estava relacionada com as disputas vividas por este território, podendo ser destacadas entre Brasil e Argentina e entre Santa Catarina e Paraná. Neste contexto, também foi vivenciada a Guerra do Contestado (entre os anos de 1912 e 1916), marco na história de Santa Catarina e no discurso de organização do MST no estado. Segundo Valentini (2016, p. 73) “Não há como negar que a questão de limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná também serviu de fermento ao episódio bélico que ocorreu pouco antes do seu desfecho.”

Além disso, outro aspecto central para essa disputa foi a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, pela empresa norte-americana *Brazil Railway Company*. Com a construção da ferrovia, inúmeras famílias caboclas e indígenas foram expulsas dos locais que habitavam, em virtude de não possuírem documentos que comprovasse a posse das terras em que residiam. Esse processo de expulsão se tornou viável legalmente a partir da Lei de Terras de 1850. A Guerra do Contestado perdurou por vários anos, e desde então a terra nunca mais foi vista com os mesmos olhos na região Oeste, pois tornou-se uma mercadoria. A partir disso, várias empresas colonizadoras se instalaram na região com o intuito de povoá-la, buscando progredir economicamente.

Assim, com a definição dos limites entre o estado de Santa Catarina e Paraná, com o fim da Guerra do Contestado, e a morte de inúmeras pessoas que habitavam esse território, “[...] em 25 de agosto de 1917, o governo catarinense cria, através da lei 1.147, os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro (atual Joaçaba), e Chapecó, na área incorporada ao território catarinense.” (WERLANG, 2006, p. 28). Nesse contexto de disputas, até a criação dos primeiros municípios da região, no oeste de Santa Catarina, viviam populações indígenas, especialmente os Kaingang; alguns trabalhadores escravizados fugidos do Paraná e do Rio Grande do Sul que, por diversas razões, aqui haviam se estabelecido; da miscigenação desses

grupos, o brasileiro, como se denominavam os habitantes da região – esses sujeitos também se tornaram conhecidos como “caboclos”, denominação indicada a partir da chegada dos imigrantes italianos e alemães, a qual dispensava um olhar depreciativo sobre esse grupo étnico. Segundo Renk (2006, p. 14) “‘brasileiro’ é a sua auto-denominação.”

A forma de viver e se organizar era em torno de atividades de subsistência, ou seja, esses povos não dirigiam sua produção para o mercado na mesma lógica que interessava ao Estado e aos novos habitantes do local. Parte de sua alimentação era garantida através da pesca e coleta; a outra parte, através de pequenas roças abertas com a técnica da “coivara” (utilização do fogo para desmatamento). Ainda se destacam na alimentação do brasileiro feijão, milho, amendoim, arroz, mandioca, fumo e erva-mate, sendo que os excedentes desses produtos eram trocados em pequenos comércios da região por sal e instrumentos de trabalho. Porém, não era o que a elite catarinense da época almejava para o desenvolvimento do estado.

Logo, tais ações entre os grupos étnicos que passaram a ocupar a região tornaram-se extremamente desiguais, pois os que até então residiam nesses locais foram expulsos e as terras foram vendidas, através das empresas colonizadoras, para imigrantes de origem italiana e alemã em busca de locais para o desenvolvimento da agricultura, pois no seu Estado de origem a terra estava cada vez mais escassa. O excedente populacional e a saturação dos solos foram duas causas determinantes para a saída dos agricultores descendentes de imigrantes do Rio Grande do Sul. Por isso, tornou-se necessário buscar novas áreas, e a fronteira passou a ser disputada novamente. Para Bassani e De Toni (2007, p. 142), “As incursões deflagraram intensos períodos de mudanças, tanto político-econômicas como culturais, gerando conflitos com diferentes grupos de caboclos e índios que estas terras já habitavam.”

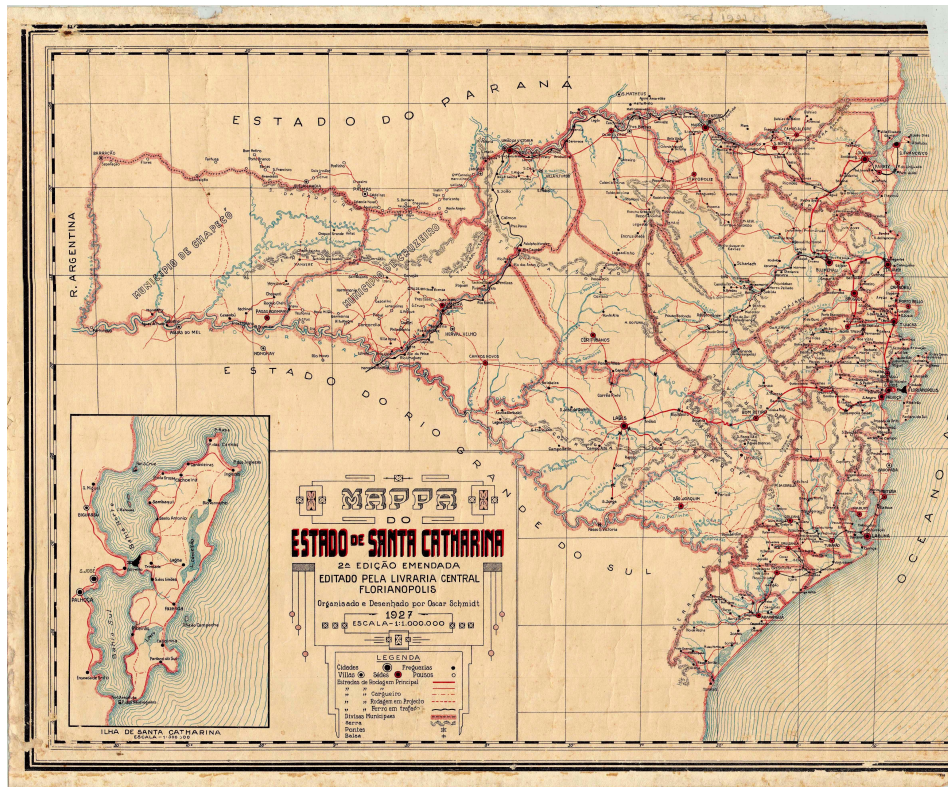
Foi nesse contexto que se iniciou o novo modelo de ocupação da região oeste, através das companhias colonizadoras, em grande parte vindas do Rio Grande do Sul, que lotearam as terras e promoveram a migração de grupos específicos, como de colonos alemães, italianos e poloneses, pois esses grupos apresentavam grande capacidade de explorar a terra dentro da lógica mercantil. Segundo Radin (2009, p. 128), “As terras, antes ocupadas por indígenas e caboclos, se tornaram aqui propriedade de civilizados cidadãos A ou B.” Assim, pode-se compreender que, “Como a concessão do lote se fazia por compra, posseiros caboclos que viviam em terras consideradas devolutas foram excluídos, com anuência das autoridades que viam neles a antítese da civilização.” (SEYFERTH, 2000, p. 150).

No que tange a realidade de Passos Maia pertencia a Cruzeiro (atualmente Joaçaba), que foi criado no ano de 1917. Com a política de desmembramento, na metade do século XX, esse território passou a ser denominado município de Ponte Serrada, tendo em sua

organização um distrito Coronel Passos Maia. A partir da realização de um plebiscito, que ocorreu no dia 31 de março de 1991, foi aprovada a lei de criação de um novo município. Assim, no dia 12 de dezembro do mesmo ano, foi criado o município de Passos Maia. Esse processo veio consolidar a política de desmembramento adotada pelo estado catarinense ao longo do século.

Na realidade da constituição dos dois municípios foram ignoradas as vivências anteriores a este processo. Na (Figura 3) pode-se compreender como o estado de Santa Catarina se configurava no ano de 1927.

Figura 3 – Mapa do Estado de Santa Catarina (1927)



Fonte: Arquivo Digital de Mapas Catarinenses

Algo que pode ser destacado, é que para fortalecer a ideia da colonização como o modelo de desenvolvimento para o estado, no ano de 1929, o então governador catarinense, Adolfo Konder, realizou uma viagem pelo território que compreendia a região oeste. Foi naquele momento que o estado assumiu com maior ênfase o processo de colonização da região, visando sua ocupação por pessoas, preferencialmente, de pele branca. Assim,

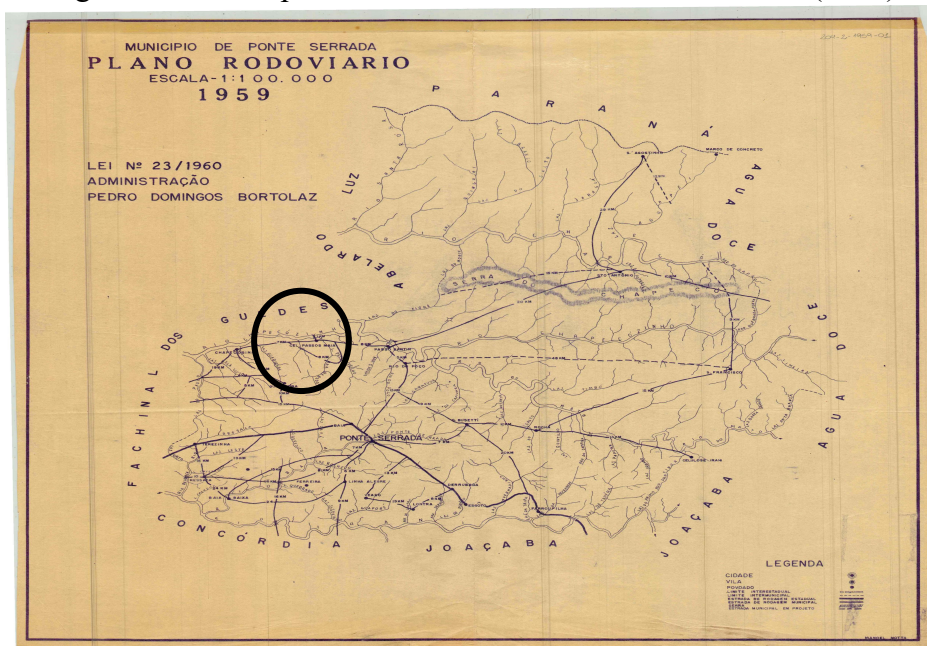
[...] em 1929, no oeste catarinense, havia alguns núcleos coloniais e conflitos entre colonizadores e posseiros, chamados intrusos. Nenhuma colonizadora gostaria de ter

em suas áreas os chamados intrusos, por ‘inflacionar’ o preço de suas terras. Nos confrontos, nas intimidações e nas práticas de ‘limpeza’ das terras, atribuíam aos posseiros brasileiros categoremias depreciativas, como seres de índole turbulenta e belicosa. Para qualquer empreendimento imobiliário não seria atrativo, podendo comprometer os negócios das colonizadoras. Nesse sentido, a viagem de Konder em 1929 adquire importância para o projeto colonizador em implantação. (RENK, 2005, p. 119).

Desse modo, foram sendo realizadas inúmeras incursões de trabalhadores e trabalhadores vindos do Rio Grande do Sul, para que estas áreas tidas como “vazias”, pudessem ser ocupadas. As ações do governo do estado contribuíram como a reorganização do estado e a emancipação de diversos locais que foram se tornando novos municípios.

Como se observou, o município de Chapecó permaneceu no seu local de origem, tendo sido desmembrado nos anos seguintes a sua constituição gerando a organização de diversos municípios menores. No caso de Passos Maia, ele é um dos municípios que foi desmembrado de um dos que foram criados lá em 1917. Caracterizando esta história, pode-se dizer que no ano de 1958, um dos territórios que compreendiam o município de Cruzeiro foi emancipado dando origem ao município de Ponte Serrada. A partir da metade do século XX, havia sido criada uma política de desmembramento dos territórios e a criação de novos municípios. Na (Figura 4), tem-se presente o plano rodoviário do município de Ponte Serrada, sendo datado de um ano após a sua emancipação.

Figura 4 – Município de Ponte Serrada – Plano Rodoviário (1959)



Fonte: Arquivo Digital de Mapas Catarinenses. (edição da autora).

Percebe-se, nesse contexto, a preocupação do governo local em organizar a malha viária do município levando em consideração o amplo território que compreendia. Para além, pode-se observar a existência do distrito Coronel Passo Maia (destacado na figura 4) e das grandes fazendas que compreendiam a região.

Após algumas décadas vivenciadas na região, no dia 31 de março de 1991, foi realizado um plebiscito, onde ocorreu a aprovação de uma lei de criação de um novo município. Assim, no dia 12 de dezembro do mesmo ano, foi criado o município de Passos Maia. Esse processo veio consolidar a política de desmembramento adotada pelo estado catarinense ao longo do século.

Desse modo, na atual conjuntura da região, os municípios estudados estão localizados na grande mesorregião oeste. Como se pode observar na introdução deste estudo, Xapacó vinculada a microrregião de Chapecó e o município de Passos Maia está vinculado à microrregião de Xanxerê. Na (Figura 4), é possível localizar seus territórios na organização do estado de Santa Catarina. É neste local que esta pesquisa pretende compreender um pouco mais sobre a organização do MST, bem como as práticas agroecológicas desenvolvidas nestes assentamentos. As fontes servirão de base para que se possa tecer tais reflexões.

Após apresentar os municípios em que a pesquisa será desenvolvida, buscar-se-á caracterizar o surgimento dos acampamentos e assentamentos na região estudada. Na realidade do município de Passos Maia, ainda antes de se tornar um município, aquele território passou a ser preterido pelos movimentos sociais do campo. Porém, antes das ocupações, foram estabelecidos quatro assentamentos no município. Assim,

Em 1988 foram assentadas no município as primeiras 12 famílias oriundas das áreas de ocupação de terras, as quais se fixaram na localidade da Fazenda Sapateiro e formaram o Assentamento Sapateiro I. Em 11 de julho de 1991 foram assentadas mais 13 famílias, a maioria vindas do município de Galvão, constituindo o Assentamento Sapateiro II. No mesmo período, mais 11 famílias de Ponte Serrada foram assentadas na Fazenda Taborda, dando origem ao Assentamento Taborda. No dia 29 de novembro de 1990 chegaram a Passos Maia 12 famílias vindas de diferentes regiões de Santa Catarina, originando o Assentamento Quiguay. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSOS MAIA, 2013, online).

Diferente do processo anterior, em novembro de 1995, ocorreu a primeira ocupação de terra organizada pelo MST no município de Passos Maia, realizada em uma localidade denominada Fazenda Ameixeira (Figura 5). Esse acampamento foi se estruturando, e aproximadamente 900 famílias de vários municípios do estado de Santa Catarina passaram a se organizar na luta pela terra nesse território.

Desse modo, a ocupação da Ameixeira representou

[...] a segunda maior ocupação de terras registrada até então em Passos Maia, com pessoas de 32 lugares diferentes. Outras ocupações ocorreram no ano seguinte, sendo a maior na região onde atualmente é o Assentamento Maria Rosa, quando no dia 30 de agosto de 1996 chegaram aproximadamente 1.200 trabalhadores sem terra na Fazenda Stella. Permaneceram por 15 dias e foram remanejados para a Fazenda Pecom, numa nova ocupação organizada pelo MST. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSOS MAIA, 2013, online).

Figura 5 – Acampamento Amexeira, Passos Maia (SC)



Fonte: Acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM/UNOCHAPECÓ

Na região, havia inúmeras fazendas, com grande concentração de terra e que, segundo o movimento social, não cumpriam sua função social. Desse modo, tornou-se um local importante para a constituição de acampamentos e a continuidade da luta pela terra. Na imagem, localizada junto ao CEOM, no Arquivo do MST, é possível perceber diversos elementos sobre a organização do acampamento nesse local. Por exemplo, a bandeira do movimento hasteada na entrada do município representava um símbolo de demarcação do território que as famílias passaram a ocupar e de onde reivindicavam o acesso à terra.

No município de Chapecó foi organizada apenas uma experiência de assentamento, sendo ele denominado de Dom José Gomes⁴. Este assentamento está localizado na Linha Água Amarela, onde as famílias viveram 7 anos na organização do acampamento (Figura 6).

⁴ Referência ao Bispo Dom José Gomes que contribuiu na organização de trabalhadoras e trabalhadores na região Oeste de Santa Catarina.

Posterior a este processo, um grupo de 30 famílias foram assentadas no local dando origem ao assentamento. Desse modo, a “[...] luta pela conquista de seu território teve início em 2002, com objetivo de desapropriação do imóvel rural pela União. Em 09 de setembro de 2008, efetivando a orientação magna do artigo 184, §2º da Constituição Federal, o imóvel foi desapropriado com fim social destinado à Reforma Agrária.” (NOVAKOWSKI, DOMINGUES; ARNS, 2017, n.p.).

Figura 6 – Acampamento Dom José Gomes, Chapecó (SC)



Fonte: Acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM/UNOCHAPECÓ

Neste cenário de luta e organização, 30 famílias foram assentadas e passaram a estabelecer estratégias de produção, mas também de convívio social naquele local. Como nos assentamentos localizados no município de Passos Maia, posterior a organização do assentamento, novas demandas passaram a fazer parte do cotidiano das famílias.

Com a efetivação dos assentamentos, após longos períodos de organização nos acampamentos, pode-se perceber que as ações voltadas para o desenvolvimento do MST passam a ir além do acesso à terra. Outras pautas passam a ser incluídas nos debates da organização e da vida das famílias, sendo elas a saúde, educação, produção, comercialização, relações de gênero e agroecologia.

3 HISTÓRIA DA AGROECOLOGIA E O MST

Para o desenvolvimento deste capítulo, buscou-se compreender os percursos da agroecologia no ocidente, levando em conta as transformações da agricultura no século XX e refletir sobre estes aspectos na realidade da mesorregião Oeste de Santa Catarina. Além disso, serão elencadas estas discussões no interior do MST e dos assentamentos de Passos Maia e Chapecó. Para isso, o capítulo foi dividido em quatro itens que irão discorrer sobre o tema.

Assim, no primeiro item, serão realizadas reflexões acerca da história da agricultura e suas transformações ao longo do tempo. A agroecologia será apresentada e conceituada baseada em estudos realizados a partir dos anos de 1960. Posteriormente, no item dois, os reflexos desse processo serão analisados a partir da realidade do Oeste catarinense. Para isso, serão apresentados os debates vivenciados nesta região entre os anos de 1990 a 2010, recorte temporal deste estudo, através da literatura, bem como da utilização de fontes históricas.

Na sequência, no item três, serão apresentados elementos sobre as práticas agroecológicas no interior do MST. Posteriormente, no quarto item, será trabalhada a agroecologia nos assentamentos do Oeste de Santa Catarina, compreendendo o recorte geográfico já definido para este estudo.

3.1 A HISTÓRIA DA AGROECOLOGIA NO OCIDENTE E NO OESTE DE SANTA CATARINA

Para tratar sobre o surgimento da agroecologia, aponta-se como importante identificar elementos sobre a história das agriculturas ao longo dos tempos. Na história da humanidade práticas foram sendo apreendidas/trabalhadas e que contribuíram para as transformações do modo de viver, produzir e consumir os alimentos. O processo de hominização foi fundamental para que os humanos se transformassem em agricultores. Desse modo, pode-se dizer que

Quanto ao homem, trata-se de uma espécie muito mais recente e, [...], não nasceu agricultor ou criador. Ele assim se fez após centenas de milhões de anos de hominização, isto é, de evolução biológica técnica e cultural. Foi apenas no neolítico — há menos de 10.000 anos — que ele começou a cultivar as plantas e criar animais, que ele mesmo domesticou, introduziu e multiplicou, em todos os tipos de ambiente, transformando, assim, os ecossistemas naturais originais em *ecossistemas cultivados*, artificializados e explorados por seus cuidados. Desde então a agricultura humana conquistou o mundo; tornou-se o principal fator de transformação da ecosfera, e seus ganhos de produção e de produtividade, respectivamente, condicionaram o aumento do número de homens e o desenvolvimento de categorias sociais que não produziam elas próprias sua alimentação. (MAZOYER, 2010, p. 52).

Estas transformações ocorridas a partir do período neolítico contribuíram para as mudanças vivenciadas pela humanidade e garantiram a sua continuidade. As práticas de agricultura foram importantes para a formação dos primeiros agrupamentos humanos que depois foram se transformando nas cidades-estados. Além disso, ao dominarem as plantas, os animais e até mesmo outros homens, os conhecimentos produzidos e apreendidos por estas sociedades foram sendo aprimorados. Assim, entende-se que

Sem dúvida, a humanidade adquiriu uma capacidade significativa de transformar, de descobrir e de criar, o que coloca os homens, incontestavelmente, entre os animais que mais alteram a natureza do planeta. Alguns fatores, tais como a vida em sociedade, o conhecimento transmitido de geração em geração, o pensamento científico e o respectivo sistema de documentação, fizeram do homem um dominador e um manipulador de homens, animais e plantas. (PACÍFICO, 2009, pp. 33-34).

Avançando na história da humanidade e levando em conta este processo de dominação da natureza pelos seres humanos, no século XVIII, iniciam-se estudos para o aprimoramento da agricultura através da química. Estes estudos foram desenvolvidos por “[...] Lavoisier (1743 – 1797) e a aplicação de seus princípios à agricultura por Saussure (1767 – 1845), Bossignault (1802 –1887) e principalmente por Liebig (1803 – 1873).” (FEIDEN, 2005, p. 51). Na sequência das descobertas em laboratório, foram constituídas estações experimentais, onde estas pesquisas agrícolas eram colocadas em prática e avanços foram sendo observados.

Com estes estudos acerca da agricultura, nos séculos seguintes as técnicas de produção dos alimentos foram aprimoradas, o que contribuiu para a compreensão que se tem até os dias de hoje. Porém, muitos são os problemas que passam a surgir com este modelo de produção, sendo que

A aplicação dessa visão mecanicista e reducionista aos sistemas naturais e especialmente à agricultura, apesar de proporcionarem extraordinários ganhos de produtividade, redução de preços e superávits na produção de alimentos, produziram efeitos negativos, tais como degradação do solo, desperdício e uso exagerado de água, poluição do ambiente, dependência de insumos externos e perda da diversidade genética. (FEIDEN, 2005, p. 51).

É neste contexto que surge a Revolução Verde, datada do ano de 1950 e que visava uma maior produtividade das lavouras, inicialmente nos Estados Unidos. A partir disso, “Na década de 1970, a Revolução Verde foi exportada para a Ásia e, finalmente, disseminada para todo o mundo, aumentando enormemente a disponibilidade de alimentos, e baixando seu custo.” (RIBEIRO; JAIME; VENTURA, 2017, p. 188).

No que tange o fortalecimento da Revolução Verde no cenário internacional, indica-se como ponto de partida os estudos realizados a partir de variantes do trigo e que foram disseminados no final dos anos de 1960. Com isso, pode-se dizer que

Gran parte del reconocimiento internacional que adquirió la Revolución Verde a finales de la década de 1960 provino de las investigaciones varietales en trigo realizadas por Norman Borlaug (1914-2009). Ganador del Premio Nobel de la Paz de 1970, Borlaug construyó una brillante carrera desde sus primeros años en el programa agrícola de la Fundación Rockefeller en México y especialmente a partir del desarrollo del material genético que puso los cimientos de la expansión de la producción de trigo en el sudeste de Asia, y en particular, en India a finales de los años sesenta. (UMAÑA, 2013, p. 311).

Este processo também ocorreu na realidade brasileira a partir das iniciativas de modernização da agricultura. O que era desenvolvido antes deste período era percebido como atrasado e sua baixa produtividade interfere nos interesses do Brasil no cenário econômico internacional. A Fundação Rockefeller, constituída por Nelson Aldrich Rockefeller no ano de 1913, também esteve presente em terras brasileiras. Neste contexto, estabelecendo a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA) “[...] uma agência filantrópica que desenvolveu projetos de cooperação técnica, principalmente em agricultura e conservação do solo, além de programas prosaneamento e alfabetização.” (SILVA, 2015, p. 25). No Brasil,

[...] a atuação da AIA em programas de assistência técnica em agricultura ocorreu entre 1946 e 1961, sendo que em 1961 e 1968 esta agência passou a enfatizar o desenvolvimento de atividades relacionadas à pesquisa no Cerrado e a criação de uma agência de desenvolvimento e colonização, acompanhando o contexto da expansão territorial para o Brasil central e a construção de Brasília.” (SILVA, 2015, p. 25).

A inserção desta instituição na realidade brasileira contribuiu para o fortalecimento das práticas voltadas para uma agricultura convencional e de acordo com os princípios da Revolução Verde. Visava ainda, contribuir com a transformação dos agricultores e agricultoras brasileiros, pois por um longo período foram representados a partir do personagem Jeca Tatu⁵.

⁵ “A origem do Jeca Tatu é amplamente conhecida e foi difundida e aplaudida a partir de um artigo de Monteiro Lobato no jornal O Estado de São Paulo, em 1914, intitulado ‘A Velha Praga’, no qual acusava o caboclo de parasita, preguiçoso e avesso ao progresso. [...] Os atributos negativos do caboclo já merecem centenas de críticas contra a obra de Lobato a partir de várias interpretações. Cabe ressaltar que não podemos atribuir ao autor a única responsabilidade pela criação do personagem, pois desde meados do século XIX, podemos encontrar textos na imprensa e em relatórios de governo que fazem duras críticas aos camponeses brasileiros tradicionais, acusando-os de atrasados e ignorantes.” (ZARTH, 2011, n.p.).

Mas a inserção destas políticas de agricultura não ocorreram de forma unânime na realidade dos países, pois sempre existiram sujeitos que questionavam estas práticas e buscavam outras estratégias para a organização da agricultura. Assim, em oposição a este modelo de produção, ainda nos anos de 1960, são estabelecidas críticas e questionamentos, principalmente quanto a estes efeitos colaterais que não foram previstos no início dos estudos e das práticas da agricultura química. (FEIDEN, 2005). É neste contexto que passam a ser pensadas ações voltadas para a superação destas situações nocivas ao ambiente, causadas, principalmente, pelo uso de produtos químicos. Assim, indica-se que o uso “[...] mais antigo da palavra agroecologia diz respeito ao zoneamento agroecológico, que é a demarcação territorial da área de exploração possível de uma determinada cultura, em função das características edafoclimáticas necessárias ao seu desenvolvimento.” (FEIDEN, 2005, p. 53).

Nos anos de 1980, o conceito de agroecologia passa por modificações, podendo ser descrito como um processo de aplicação dos princípios e conceitos da ecologia a partir do desenho e do manejo dos agroecossistemas sustentáveis. (FEIDEN, 2005). Contribuindo com conceituação da agroecologia, enquanto uma ciência, indica-se que a mesma

[...] fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. (ALTIERI, 2004, p. 23).

Além disso, identifica-se como “[...] uma ciência dialética. Como tal, não tem dogmas nem receitas, porém tem princípios. É o caminho mais radical para a produção de alimentos limpos.” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 21). Percebe-se que a agroecologia possui um papel importante na contraposição ao modelo hegemônico de produção e que suas práticas tendem a criar estratégias menos nocivas ao ambiente, mas também a todos os envolvidos nas práticas de agricultura. Entende-se ainda, que estas práticas podem ser pensadas em qualquer escala, sendo uma estratégia importante para a superação da monocultura e a ampliação de estratégias que visem o respeito à biodiversidade. Assim, pode ser entendida

[...] como um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata os saberes que a 'revolução verde' destruiu ou escondeu, incorporando-lhes os extraordinários progressos científicos e tecnológicos nos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem veneno, tanto na origem vegetal, como animal, e, o que é fundamental, básico, indispensável, **em qualquer escala**. É, pois, uma tecnologia capaz de

confrontar o agronegócio em qualquer escala. [...] A **agroecologia**, como nós compreendemos, dispõe de conhecimentos para superar a monocultura e a quebra da biodiversidade, conseqüências inexoráveis do agronegócio. Assim como se pôde, através dela, resgatar a cidadania dos pequenos pode-se, também produzir alimentos limpos na escala que a humanidade demanda, naturalmente com outros métodos. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 36-37. grifo do autor).

Assim, compreende-se a agroecologia como um modo de produzir em contraposição às práticas produtivas advindas da pesquisa química e, principalmente, no caso brasileiro, introduzidas pela revolução verde. Porém, esse processo de transição não é apenas para a forma de produzir. Compreende-se como fundamental uma mudança geral no interior das propriedades, sendo necessária a reflexão acerca de aspectos sociais, econômicos e políticos. Contribuindo com esta reflexão, Siliprandi (2015, pp. 82-83), no diz que

Em linhas gerais, a agroecologia pretende apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura e de desenvolvimento rural, considerados insustentáveis, para outros, sustentáveis. A sustentabilidade é definida, de forma ampla, como a capacidade de esses processos perdurarem no tempo, conciliando a atividade agrícola e a manutenção das características ecológicas do ambiente, e proporcionando meios de vida dignos para as pessoas envolvidas. Distingue-se, no entanto, de uma mera substituição de tecnologia ou de insumos, porque questiona não só os métodos de cultivos e criação animal, mas também os objetivos finais da produção moderna, assim como as formas de organização social, econômica, política que a organizam e sustentam.

Assim, não é apenas a substituição do modo de produção, mas sim a constituição de novas relações no campo. E neste cenário, os camponeses e as camponesas têm um papel importante na aplicação das práticas agroecológicas em suas propriedades. A partir disso, são difundidos os conhecimentos sobre a agroecologia, além do trabalho voltado para o resgate dos saberes vivenciados pelas gerações anteriores.

Na busca por fontes visando contextualizar este processo, localizou-se reportagem da Revista Casa da Agricultura do ano de 2013, apresentando aspectos históricos acerca da produção orgânica no Brasil. No texto, indica-se que após a Rio 92⁶, a

[...] produção sustentável deixou de ser um conceito de estudiosos para se tornar uma demanda da sociedade em geral. No entanto, muito antes disso, na década de 1970, vários Estados brasileiros, principalmente do Sul e Sudeste, tiveram início movimentos comprometidos com sistemas de agricultura alternativos à chamada Revolução Verde, iniciada nos Estados Unidos. (PINHEIRO, 2013, p. 42).

Como se observou até aqui, a partir dos anos de 1970, a produção sustentável é discutida e trabalhada por organizações/profissionais das áreas agrárias, tendo como intuito

⁶ Assim ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro entre os dias 03 a 14 de julho de 1992.

fortalecer os estudos e as práticas sobre o tema no cenário nacional. Porém, na década de 1990, estas discussões são impulsionadas, pois além da busca por uma agricultura mais comprometida com o ambiente, os debates sobre os efeitos climáticos e o aquecimento global são intensificados.

As discussões sobre as mudanças climáticas precisam estar em consonância com as práticas agrícolas vivenciadas no país. Ao mesmo tempo que as tecnologias oriundas dos estudos da química apresentaram melhorias na produtividade, ao mesmo tempo muitas foram as alterações causadas por elas. Assim,

A agricultura brasileira vem apresentando um grande avanço nos últimos anos com a ampliação da produção e da produtividade dos diversos cultivos agrícolas. Entretanto, novos cenários podem ocorrer como decorrência das alterações climáticas e aumento da concentração de CO₂ na atmosfera. Por exemplo, a incidência de pragas e doenças nos cultivos agrícolas é decorrente da interação planta hospedeira, patógeno e condições ambientais. (GHINI; HAMADA; BETTIOL, 2011, n.p.).

Neste sentido, pensando práticas de agricultura menos nocivas para o ambiente, pode-se perceber a importância do trabalho desenvolvido pela agricultura camponesa e familiar no que tange o desenvolvimento de uma produção mais limpa e sustentável. O desenvolvimento da agroecologia também pode contribuir com o enfrentamento dos problemas ambientais vivenciados na atualidade. Neste contexto, pode-se dizer que

Ao campesinato, portanto, a Agroecologia se apresenta como uma ferramenta de enfrentamento ao Agronegócio. Através da produção de alimentos saudáveis, acessíveis e em quantidade; cuidando das pessoas (produtores e consumidores); gerando renda, autonomia e soberania alimentar para todos os envolvidos; se apropriando do conhecimento (técnica e tecnologia) que permite desenvolver a Agroecologia, respeitando todas as formas de vida e os bens da natureza, isso é, portanto, o que diferencia o campesinato, enquanto classe, da lógica de produção capitalista, do Agronegócio. (HADICH; DE BASTIANI, 2017, p. 134-135).

Na realidade dos municípios da mesorregião Oeste de Santa Catarina, as transformações da agricultura, a partir do modelo implantado pela Revolução Verde, também foram vivenciadas. No primeiro capítulo deste trabalho, buscou-se caracterizar esta região e os municípios de Passos Maia e Chapecó. Porém, neste item, buscar-se-á discutir sobre as transformações ocorridas no modo de produzir alimentos pela agricultura camponesa e familiar. Além disso, o debate sobre a introdução da agroindústria se apresenta como um elemento chave. Desse modo, após o processo de colonização da região,

Nas décadas de 70 e 80 [...] o Oeste Catarinense conheceu profundas transformações econômicas, sociais e políticas. O início do processo de industrialização, baseada na agroindústria, e a crescente submissão da pequena produção a sua lógica, juntamente com o esgotamento da fronteira agrícola, determinaram uma profunda crise na produção agrícola tradicional, que caracterizava predominantemente a região. (UCZAI, 2002, p. 175).

Todo o processo de modernização agrícola comprometeu as pequenas propriedades da região, as quais se estabeleciam a partir da produção para a subsistência dos grupos familiares e comercialização dos excedentes produzidos. Com a introdução de agroindústrias e a necessidade da produção em escalas maiores para abastecer mercados mais distantes, vendiam-se aos agricultores e agricultoras os pacotes de produtos, sementes e animais, tendo como foco a garantia de uma produção maior e mais rentável. Esses pacotes, oriundos na sua maioria, de empresas multinacionais, serviam para aumentar a produtividade. Porém, ao mesmo tempo, os produtores se comprometeram com as empresas, onde em alguns casos contraíam dívidas e não conseguiam saná-las.

Neste contexto muitos dos conhecimentos passados pelas gerações anteriores foram se perdendo, tendo em vista a tecnificação e modernização da agricultura. O trabalho desenvolvido por entidades de extensão rural tinham o intuito de fortalecer estas novas práticas agrícolas, tornando o país mais moderno e eficiente na produção de alimentos. Assim, “[...] os saberes tradicionais passaram a ser combatidos em nome de uma modernização agrícola que buscava tirar do Brasil o rótulo de país agrícola subdesenvolvido e dependente das economias européias e americana.” (FORNECK, 2014, n.p.).

Desse modo, o papel de empresas e cooperativas constituídas no Oeste catarinense, tinham como intuito fortalecer estas práticas modernizadoras e a venda dos pacotes tecnológicos aos agricultores e agricultoras. Um exemplo, que retrata este processo e ao mesmo tempo trata sobre os impactos ambientais causados por estas ações, refere-se a produção intensiva de animais, que posteriormente seriam abatidos pelas agroindústrias. Neste caso,

Na década de 1970, os técnicos da Cooperativa e também da Acaresc orientavam os produtores para se construísses as chiqueiros bem perto dos rios para que a limpeza dos mesmos fosse mais fácil. Mais tarde, no final da década de 1980, este modelo foi sendo substituído por tratamento adequado dos dejetos para uso na fertilização das lavouras. (FORNECK, 2014, n.p.).

Este pode ser visto como um exemplo de degradação ambiental ocasionado pela produção de animais, pois a cada dia as demandas das agroindústrias aumentavam e precisavam ser supridas. Além disso, “Os problemas ambientais acarretados com a

suinocultura são muitos e normalmente ligados apenas à poluição causada por dejetos e uso indiscriminado de água potável. No entanto, é momentoso destacar a degradação florestal relacionada a esta produção.” (MORETTO; BRANDT, 2019, p. 248). A derrubada das matas para a ampliação das lavouras de grãos, que servirão de base para a alimentação dos animais, pode ser destacada nesta questão. Ainda, com o passar do tempo, estas produções foram sendo ampliadas, principalmente com a inclusão das agroindústrias no mercado internacional, através das exportações. Atualmente, a região se destaca na produção e exportação de carnes para diversos países no mundo.

Assim, visando principalmente suprir a alimentação dos animais a serem abatidos na agroindústria, a produção de grãos foi intensificada na região. Neste quesito, no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, essa produção passa por grandes debates na imprensa e nos órgãos governamentais do Brasil e de Santa Catarina. O tema das sementes transgênicas, , como a soja, milho, arroz, entre outras, assumem um papel importante na organização produtiva da região. Assim, as sementes se apresentam como essenciais para o funcionamento e desenvolvimento da Revolução Verde, pois é a partir delas que a agricultura é desenvolvida. Por isso, o domínio das sementes se apresenta como uma peça chave para a agricultura química. Contribuindo com isso, é necessário

[...] repensar el papel de las semillas en el desarrollo de la Revolución Verde. Lejos de tratarse simplemente de la producción de nuevas variedades, este proceso posibilitó la conversión de la semilla de un bien comunitario y diversificado, a un bien privado y homogéneo. La revolución impulsó, además, una segunda fase de selección de los materiales genéticos: la selección jurídica. Es decir, el blindaje jurídico para proteger las variedades comercialmente rentables. Para ello las instituciones públicas y privadas de aseguramiento jugaron un papel clave al condicionar la concesión de créditos y de asesoría técnica al uso de estas semillas. Asimismo, abrió la puerta para que se legitimara el control institucional sobre la diversidad genética mediante los procesos de certificación de calidad y la producción privada de variedades. (UMAÑA, 2013, p. 336).

Assim, é possível perceber que desde o surgimento da pesquisa química até a intensificação da Revolução Verde, nos países em desenvolvimento as relações comerciais e de dominação da produção agrícola, encontram-se em disputa. Para as empresas que investem nas tecnologias para agricultura o que está em jogo não é apenas o processo de produção de alimentos para matar a fome da população, mas os ganhos obtidos a partir desta produção e o domínio dos mercados internacionais. Para isso, é importante ter o acesso e o controle das sementes, pois é a partir dela que se desenvolve a agricultura desde o período neolítico.

Ainda, como se observou em Umaña (2013), buscou-se constituir as disputas pelas sementes a partir de uma segunda fase, ultrapassando os aspectos relacionados ao

melhoramento genético e a variedade das sementes. Neste caso, entram em campo as questões relativas à seleção jurídica, onde as sementes passaram a ser privatizadas e o seu uso ocorria apenas pela comercialização das empresas. Aqui ocorre uma perda substancial para os camponeses/camponesas e agricultores/agricultoras, em especial, da América Latina. Mais adiante, abordar-se-á as ações de enfrentamento desenvolvidas por estes grupos sociais.

Na realidade brasileira este debate é potencializado a partir dos anos 2000, e

De fato, a questão dos transgênicos traz para cena política um intenso debate sobre o papel da ciência; sobre a relação entre ciência e progresso e sobre a questão da neutralidade científica. Em meio a esse processo, cada um dos opositores se reconhece como o portador de uma proposta moderna e defensor da matriz tecnológica, a mais avançada. Para os representantes do agronegócio, os transgênicos representariam o setor de ponta da ciência. Para representantes do MST, ao contrário, são as novas linhas tecnológicas ligadas à produção orgânica que constituem o moderno. (BRUNO, 2008, p. 85).

Visando contextualizar este cenário, a partir da utilização de fontes, foram localizadas reportagens de jornal tratando sobre o tema das sementes transgênicas na realidade brasileira e mais especificamente no estado de Santa Catarina. As discussões estabelecidas a partir de dois recortes de jornal trazem a todas as diferentes concepções sobre a implementação destas sementes também no Oeste de Santa Catarina. Na (Figura 7), reportagem do Jornal Diário Catarinense de 11 de outubro de 2000, localizou-se um exemplo desse processo, onde o então deputado federal Hugo Biehl (PPB/SC), questiona a demora na aprovação do uso das sementes transgênicas no Brasil.

Por ser um deputado representante do estado de Santa Catarina na Câmara, entende-se que sua fala busca apresentar os prejuízos que estavam ocorrendo nas agroindústrias da região Oeste. Esta foi uma das inúmeras reportagens localizadas durante a pesquisa documental. Estes artigos, na grande maioria, indicavam a necessidade de acelerar o processo de aprovação do uso das sementes transgênicas. Para o Brasil, esta demora acarretava prejuízos aos setores que dependiam da produção de grãos. As questões de saúde ou do cuidado com o ambiente não eram tratadas por estes grupos favoráveis à agricultura convencional e transgênica. Pode-se destacar que a visão apresentada pelo então deputado correspondia a realidade vivenciada na região, sendo que o incentivo à produção convencional e transgênica ocupava grande destaque nos debates públicos do período.

Figura 7 – Reportagem Transgênicos afetam economia



Fonte: Acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM/UNOCHAPECÓ

Mas também havia movimentos de resistência à agricultura convencional e transgênica, onde eram fomentados debates contrários a estas práticas no Brasil e no estado de Santa Catarina. No primeiro capítulo deste estudo, destaca-se que no Oeste surgiram diversos movimentos sociais e lideranças que questionavam os avanços do capital na agricultura. Visando caracterizar este processo de resistência aos pacotes impostos pelas empresas, cooperativas e pela visão modernizadora do estado, um exemplo, encontra-se na (Figura 8), reportagem do Jornal Folha de São Paulo de 09 de setembro de 2000, também localizada em visita ao acervo.

Neste caso, a deputada federal Luci Choinacki (PT), questiona a utilização desta técnica de produção na realidade brasileira. Diferente do posicionamento relatado pelo deputado na reportagem anterior (Figura 7), indica-se que “Até esclarecermos se os transgênicos provocam ou não danos, é preciso impedir o seu cultivo e sua venda.” (CHOINACKI, 2000, n.p.). Um fator importante e que é tratado na (Figura 8), refere-se que o processo de discussão sobre o tema foi incentivado pelos movimentos sociais, organizações não governamentais, entre outras instituições, que passaram a questionar esta produção no território brasileiro. O mesmo processo de discussão ocorre quanto ao desenvolvimento de uma produção mais sustentável. Assim, indica-se que são os movimentos sociais, sindicatos, universidades, que passam a debater sobre as práticas agroecológicas na região.

Figura 8 – Reportagem Transgênicos: soberania em xeque



Fonte: Acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM/UNOCHAPECÓ

Experiências como as produzidas pelo MMC quanto a organização das mulheres e o resgate das sementes crioulas, podem ser destacados neste processo. Neste sentido,

As mulheres camponesas em movimento, começaram a estudar e a discutir sobre os modelos de desenvolvimento da agricultura. [...]. As temáticas relativas à produção de alimentos saudáveis baseadas em práticas de iniciação à agroecologia, à educação e a dimensão dos saberes foram sendo construídas e se fortalecem pela experiência de resistência no cotidiano dessas mulheres. As hortas, os hortos medicinais, as práticas de produção orgânica e agroecológicas, principalmente, relacionadas às sementes crioulas, ervas medicinais e produção de alimentos saudáveis, foram sendo intensificadas. (GASPARETTO, 2018, pp. 148-149).

Outro exemplo desse processo de incursão dos debates sobre a agroecologia na região estudada, pode ser compreendido a partir de cartilhas produzidas pelo Projeto Terra Solidária, coordenado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF/SUL), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Escola Sindical Sul e Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais (Deser). Este projeto foi desenvolvido junto a agricultores e agricultoras dos três estados da região sul do país e iniciou no ano de 1999. Os materiais localizados, e utilizados como fonte neste estudo, são datados do ano de

2001 e agricultores e agricultoras da mesorregião Oeste de Santa Catarina compunham o público-alvo do projeto.

Assim, indica-se que o objetivo geral do Projeto Terra Solidária era de “Estimular o desenvolvimento sustentável e solidário, tendo como base a consolidação da agricultura familiar e suas formas organizativas, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento de um novo modelo tecnológico baseado em princípios agroecológicos.” (PASSOS, 2001, p. 18). Com isso, é possível perceber elementos relacionados aos debates da agroecologia e que também estavam presentes na realidade de agricultoras e agricultores do Oeste de Santa Catarina.

Dentre os temas trabalhados nestes materiais, pode-se identificar a conceituação da agricultura familiar, sua origem, potenciais e limites, debates sobre o sistema de produção, sistema agroecológico de produção e processo de trabalho, desenvolvimento local, relações sociais, políticas públicas, cooperação e socioeconomia solidária, agregação de valores. Percebe-se, neste sentido, o direcionamento a vários temas importantes para o desenvolvimento das propriedades e um direcionamento para as ações voltadas para a agroecologia.

Outro material localizado que também faz parte das publicações do Programa Terra Solidária, é o Livro Verde (2001), escrito por Valdemar Arl e Hansjörg Rinklin. Foi produzido em parceria com Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais (CEPAGRI) e pela Terra Nova Assessoria Ecológica. Neste material, que também foi distribuído para agricultores e agricultoras do Oeste catarinense, apresenta-se elementos sobre a origem do solo e o desenvolvimento de práticas produtivas que superem a monocultura. Apresenta ao longo do texto imagens que contribuem na compreensão sobre os conceitos trabalhados.

Avançando no tempo, as ações para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável foram sendo intensificadas na região. Ainda que a monocultura e a produção voltada para o agronegócio ocupem uma significativa parcela das terras produtivas da região, é possível identificar ações que visam aprimorar as práticas agroecológicas nesta realidade. São diversas as experiências agroecológicas e que têm contribuído para a produção de um alimento mais saudável que é comercializado através de cadeias agroalimentares curtas, sendo elas feiras, cestas agroecológicas, entre outras estratégias.

Ainda, é possível compreender que as políticas públicas voltadas para o campo brasileiro, especificamente para a produção desenvolvida pelos pequenos agricultores e agricultoras, estão em declínio. Na atualidade, as práticas voltadas para esses grupos diminuíram consideravelmente, principalmente a partir da extinção do Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA), no ano de 2016 pelo então presidente Michel Temer. No atual governo (2018-2022), tem-se negado ainda mais investimento para a agricultura camponesa e familiar e as desigualdades estabelecidas entre os pequenos agricultores/agricultoras e o agronegócio têm se intensificado. A situação é ainda mais grave, pois na atualidade uma pandemia assola o planeta e o governo brasileiro não tem tomado medidas adequadas para o seu controle. Percebe-se ainda, que este processo de fortalecimento das políticas para o agronegócio em detrimento a agricultura camponesa e familiar, vem ao encontro das ações propostas a partir da modernização agrícola, destacando-se o agro como o modelo hegemônico para a produção no Brasil.

Indica-se ainda, que apesar do direcionamento dos grandes investimentos na agricultura convencional e no desmonte das políticas públicas voltadas para a produção camponesa e familiar, existem grupos em diversas organizações que não deixaram de estudar e qualificar as ações da produção agroecológica. Com isso, existem entidades que têm contribuído para o fortalecimento dessas ações. Assim,

Ressaltamos, também, que o processo investigativo tem nos permitido evidenciar o papel fundamental de alguns órgãos que visam a valorização dos saberes tradicionais da agricultura, como os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos na Universidade Federal da Fronteira Sul, a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense –APACO, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, dentre outros órgãos que puderam trabalhar na extensão rural e na formação dos agricultores. (RODRIGUES; SIMÕES, 2017, n.p.).

No próximo item deste capítulo serão abordados elementos sobre a inserção dos debates relacionados à agroecologia na realidade do MST. Para isso, serão realizadas discussões a partir de bibliografia sobre o tema, bem como o uso de fontes que contribuam com a caracterização deste processo.

3.2 AGROECOLOGIA NO MST: EXPERIÊNCIAS EM ASSENTAMENTOS DE PASSOS MAIA E CHAPECÓ

Na realidade dos movimentos sociais do campo, as práticas agroecológicas estão cada vez mais presentes e podem ser caracterizadas com uma estratégia de fomentar o trabalho realizado nas propriedades rurais. Ainda, leva-se em conta o tamanho das propriedades, que por serem pequenas, encontram dificuldades em estabelecerem a produção voltada para o agronegócio, pois a monocultura necessita de grandes extensões de terras cultivadas.

Pensar a produção através da agroecologia e a criação de cadeias agroalimentares curtas, tornou-se parte da organização dos movimentos sociais do campo, inclusive na realidade do MST. Assim, nos

[...] anos 1990 vêm nascer novos e persistentes anseios nos movimentos camponeses mundo afora, e a constituição da Via Campesina é um indicativo protagonismo que as questões ambientais assumiriam nestes movimentos, em especial representadas pela Agroecologia, por seu caráter holístico, que congrega o natural e o social.” (SILVA, 2011, p. 51).

Assim, a inclusão do debate acerca da agroecologia ocorreu no ano de 2000, quando o MST “[...] revela em seu quarto congresso, o discurso de que adotará a Agroecologia como principal modelo de produção nos assentamentos rurais.” (BARCELLOS, 2010, p. 48). Ao assumir esta posição durante o principal evento nacional do movimento social, no seu 4º Congresso Nacional (Figura 9), seus integrantes adotam uma postura política na defesa do ambiente e da construção de novas relações sociais.

Pensar as ações voltadas para a agroecologia ainda hoje enfrentam desafios na organicidade do movimento, pois como se observou no item anterior, as práticas oriundas da modernização agrícola continuam presentes na realidade do campo e atingem também os assentamentos da reforma agrária. Nesse cenário, é preciso construir novos conhecimentos que sejam compreendidos em todas as instâncias da organização, nos níveis de coordenação nacional e estadual, bem como no trabalho de base desenvolvido nos acampamentos e assentamentos.

Figura 9 – Cartaz 4º Congresso Nacional – MST (agosto 2000)



Além disso, este processo se desenvolve a partir de questionamentos ao modelo assumido no início dos assentamentos, onde foram sendo constituídas cooperativas de produção. Entende-se que este modelo contribuiu com a organização do movimento a partir dos anos de 1990, porém na grande maioria das experiências seguiu a lógica do modelo hegemônico de produção. Em muitos casos, as cooperativas não conseguiram concorrer com as empresas ou cooperativas tradicionais, o que ocasionou o seu fechamento. Desse modo, segundo Barcellos (2010, p. 44), a partir

[...] da crise do modelo coletivizador de organização social e cooperativista de produção e comercialização no MST, a Agroecologia vem sendo constantemente mencionada em diversos espaços de discussão e organização política do Movimento pela necessidade de rumar para mais uma experiência sócio produtiva que abranja as necessidades e a diversidade socioambiental dos assentamentos no Brasil.

Pensar a agroecologia na estrutura do MST é configurar um novo modelo de produção de alimentos e a criação de novas relações no interior dos assentamentos e acampamentos. Também é possível constituir novas relações produtivas e econômicas, sendo a implementação de associações e grupos de comercialização uma estratégia patente. Outro fator que contribuiu para a mudança de mentalidade na organicidade do movimento social foi a inclusão na Via Campesina⁷. Desse modo,

O conhecimento tradicional camponês, antes rejeitado, assume um lugar central nas propostas para o desenvolvimento dos assentamentos, assim como também são quebradas as barreiras internas que separavam a luta pela reforma agrária da questão ambiental. Para o MST, enquanto organização, o agricultor deixa de ser um mero objeto em uma massa revolucionária e passa a ser um *sujeito criando a sua própria existência*, com conhecimento e valores morais que são considerados como sendo o gérmen para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e melhor. (BORSATTO; CARMO, s/d, p. 10).

Construir os debates sobre agroecologia perpassa a realidade vivida pelos camponeses e camponesas ao longo de sua trajetória. Ocorre, nesse sentido, o resgate de conhecimentos passados de geração em geração, tornando-se fundamental a troca de saberes entre os atores envolvidos na organização do movimento social. Além da inserção no MST, o vínculo

⁷ “Via Campesina é uma organização mundial que articula movimentos camponeses em defesa da agricultura familiar em pequena escala e agroecológica para garantir a produção de alimentos saudáveis. Entre seus objetivos, constam a construção de relações de solidariedade, reconhecendo a diversidade do campesinato no mundo; a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definirem suas próprias políticas agrícolas; e a preservação do meio ambiente, com a proteção da biodiversidade. [...] nasceu em 1992, quando várias lideranças camponesas dos continentes americano e europeu que participavam do II Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos da Nicarágua (Unag), realizado em Manágua, propuseram a criação de uma articulação mundial de camponeses. A proposição foi efetivada em 1993, com a realização, em Mons, na Bélgica, da I Conferência da Via Campesina, quando se elaboraram as linhas políticas iniciais e se definiu sua estrutura.” (FERNANDES, 2012, p. 765).

estabelecido com a Via Campesina, indica o esforço em se construir novas formas na produção de alimentos, através de práticas cada vez mais sustentáveis.

Visando ampliar as discussões sobre o tema da agroecologia na organicidade do MST, buscou-se fontes para contribuírem com a apresentação desta história. Assim, junto ao CEOM e no *site* do MST, foram localizadas cartilhas, bem como reportagens. Desse modo, inicia-se pelo Jornal Sem Terra (Figura 10), que desde o ano de 1981, tem contribuído com a circulação das informações nas diferentes instâncias do MST.

Figura 10 – Capa do Jornal Sem Terra (maio de 2006)



Fonte: Jornal Sem Terra – MST. Disponível em: <https://mst.org.br/jornal-sem-terra/> Acesso em: 19 set. 2021.

No ano de 2020, o jornal completou 39 anos e sempre foi uma fonte importante de trocas de conhecimento entre a organização do movimento e as famílias assentadas. A produção é realizada em São Paulo (SP) e é distribuída para as coordenações estaduais, que por sua vez distribuem entre as brigadas. É a partir desta última instância, que os materiais passam a serem disponibilizados aos assentamentos e acampamentos para a realização do trabalho de base.

Visando apresentar elementos deste processo, apresenta-se relato de Izabel Grein, militante do MST/PR, que em entrevista para o jornal relata que

Eu me lembro que estava em Santa Catarina em 1985, o jornal era usado como material pelas lideranças para fazer o trabalho de base. Ele servia tanto para discutir a importância da organização, como para os apoiadores, sindicatos, igrejas, que acompanhavam e apoiavam o MST. Muitas vezes, as nossas lideranças saíam com um punhado de jornal embaixo do braço e o dinheiro da passagem para ir fazer trabalho de base. Nós não tínhamos mais nenhum recurso a não ser o Jornal Sem Terra. (JORNAL SEM TERRA, 2020, n.p.).

Assim, as discussões apresentadas sobre a agroecologia no jornal, serviam para o desenvolvimento do trabalho de base realizado pelas lideranças do movimento social. Pode-se dizer que está era uma das formas que as discussões realizadas na academia, em eventos nacionais e internacionais ou as experiências vividas em outras regiões do país, chegava até as famílias acampadas e assentadas do oeste de Santa Catarina.

Dessa forma, no início da década de 2000, os camponeses e camponesas estavam discutindo o tema da soberania alimentar⁸ e da Reforma Agrária. Assim, apresenta-se elementos do debate realizado durante o II Fórum Social Mundial e contou com a presença de três painelistas, sendo eles: Armando Bartra (México), Ricardo Petrela (Bélgica) e Peter Rosset (Estados Unidos). Na ocasião, em torno de dois mil camponeses participaram da atividade e puderam dialogar sobre a temática da soberania alimentar e da reforma agrária nas várias partes do mundo. (JORNAL SEM TERRA, 2002).

No Brasil, foi recriado no ano de 2003 o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), órgão de assessoramento da Presidência da República e integrado ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional (SISAN). O CONSEA tem como intuito realizar ações de controle social, participação da sociedade civil, organização, formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional. Parte-se do princípio e da defesa dos direitos humanos na busca por uma alimentação adequada a toda a população. (BRASIL, 2017). Pode-se perceber que as demandas propostas pelas camponesas e camponeses foram adotadas pelas políticas públicas constituídas a partir de 2003, período inicial do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Outra reportagem localizada no Jornal Sem Terra e datada de 2003, trata sobre a destruição de uma plantação de milho transgênica durante a realização da Jornada Nacional de Agroecologia, no município de Ponta Grossa (PR). Como se observou anteriormente, a partir dos anos 2000 o debate sobre a introdução das sementes transgênicas entrou em cena na

8 Compreende-se por Soberania Alimentar “[...] a capacidade que um país tem de alimentar a sua população com produtos provenientes de sua agricultura – animal e vegetal – importando apenas um ou outro alimento que, mais por razões culturais que agrícolas, não são produzidos. Mas, a dieta básica – calórica/ proteica – é suprida com alimentos cultivados livremente dentro de suas fronteiras. A soberania alimentar é pré-condição para a soberania política. Nesse sentido, a situação do Brasil é delicada e vulnerável.” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 85).

realidade brasileira. Assim, os participantes foram até uma área de experimentos com sementes transgênicas e destruíram cerca de 10 hectares de milho *Roundup Ready* da empresa multinacional Monsanto. Além do ato simbólico de destruição da plantação de transgênico, a reportagem apresenta a agroecologia como a solução para o campo brasileiro. Além disso, ao final do evento, foi aprovada como resultado da Jornada de Agroecologia uma carta que visava reafirmar a continuidade das ações por parte das vinte entidades organizadoras do evento. (JORNAL SEM TERRA, 2003).

No que se refere ao cuidado com as sementes, também no ano de 2003, a Via Campesina lançou uma campanha de defesa. Segundo o artigo do Jornal Sem Terra “O apoderamento de nossa biodiversidade pelas empresas multinacionais as tiram de circulação e impedem sua propagação.” (DUQUE, 2003, p. 9). Neste momento, os movimentos sociais passam a direcionar o olhar e pensar na possibilidade de enfrentamento ao domínio das sementes pelas empresas multinacionais. Compreendem este processo como nocivo às populações tradicionais, pois impede o livre acesso às sementes e conseqüentemente a produção de alimentos.

Segue dizendo que o trabalho de resgate das sementes pelos povos tradicionais já ocorria em países como Chile, Brasil e Uruguai, porém a Via Campesina, a partir desta campanha, buscou articular as ações, visando o fortalecimento das camponesas e camponeses. (DUQUE, 2003). Além disso, indica que “É preciso desmistificar o modelo agrícola imposto pela Revolução Verde e mostrar que é possível fazer uma agricultura diferente e que as sementes são um patrimônio da humanidade.” (DUQUE, 2003, p. 9).

Contribuindo com as discussões sobre o cuidado das sementes e da biodiversidade, foi localizado no acervo do CEOM, cartilha denominada de Estratégias de Ação da Campanha “Sementes São Patrimônio da Humanidade” dentro da organicidade do MST, datada de 2003. Neste documento, que também circulou pelos acampamentos e assentamentos da região Oeste de Santa Catarina, relata-se que “Para combater o modelo, temos que estar fora dele, rompendo com a dominação e a exploração e construindo a nossa autonomia, com a biodiversidade à serviço da humanidade.” (MST, 2003, p. 3). Assim, a cartilha busca apresentar elementos para o trabalho nos acampamentos e assentamentos, visando a implementação da campanha de cuidado com as sementes crioulas. Além das ações voltadas para a formação das famílias, indica-se no material um movimento de produção massiva de sementes visando sua multiplicação entre as famílias do campo. Contribuindo com as

discussões, buscava-se a valorização e a ampliação das atividades de produção de sementes realizadas pela BioNatur.⁹

Em um Jornal datado de 2006, localizou-se reportagem sobre a realização do 3º Encontro Nacional de Sementes Agroecológicas, no assentamento Roça Nova em Candiota (RS), onde localiza-se a sede da BioNatur. Contou com a participação de mais de 400 pessoas vinculadas ao MST, MPA e entidades camponesas da América Latina. O intuito do evento foi discutir estratégias para ampliar o trabalho e a atuação da BioNatur em nível nacional. (JORNAL SEM TERRA, 2006).

Além desta reportagem, localizam-se mais duas questões relativas à agroecologia. Uma delas é a inauguração de uma Escola Técnica em Agroecologia no município de Itaberá (SP). Aqui, a educação e a produção de conhecimentos podem ser descritas como fundamentais no interior do MST. Segundo D'Agostini (2009, p. 117)

O MST e sua educação têm como eixo orientador de suas ações a luta de classes no campo e a convicção de construção de uma nova sociedade e, conseqüentemente, de uma nova educação pautada nos fundamentos/valores socialistas e humanistas como: o coletivismo, o trabalho coletivo, o trabalho socialmente útil, o trabalho como princípio educativo, a solidariedade, a organização e a auto-organização dos estudantes, a relação teoria e prática, entre outros.

A outra reportagem se refere ao manifesto das Américas em defesa da natureza e da diversidade biológica e cultural. Indica que “É preciso que o controle das terras volte a quem sempre viveu e trabalhou nelas.” (JORNAL SEM TERRA, 2006, p.10). Nos sete pontos que apresenta, busca denunciar a forma desordenada em que o capital utiliza dos recursos naturais e do meio ambiente, em detrimento ao crescimento econômico. Isso demonstra a articulação do MST com outras entidades no enfrentamento ao capital.

Estas fontes, ajudam-nos a perceber como os debates sobre a agroecologia estavam sendo realizados no interior da organização da Via Campesina e do MST. Além disso, apresenta-nos qual a perspectiva política assumida pelo movimento social na defesa das sementes, da biodiversidade, bem como do fortalecimento da agricultura camponesa e familiar. Desse modo,

9 “A BioNatur foi forjada no enfrentamento ao modelo convencional de agricultura e ao domínio privado das sementes por parte das empresas do agronegócio. Iniciou como uma linha de produção diferenciada da cooperativa, estando organizada e situada dentro do setor de produção do MST e avançando na perspectiva de uma proposta sustentável de promoção da soberania alimentar e da agroecologia na reforma agrária. No ano de 1997, começa-se o processo de produção de sementes da BioNatur, com 12 famílias de agricultores de assentamentos de Hulha Negra, que haviam produzido sementes convencionais de hortaliças para as empresas privadas, mas intermediadas pela COPERAL. A assistência técnica e a direção política regional do MST iniciaram o processo de formação e capacitação destes agricultores para a agroecologia, onde se estabeleceu estratégias de uma conversão para a produção de sementes agroecológicas.” (MST, 2007, p. 61).

A defesa do direito dos agricultores de guardarem e trocarem sementes se torna vital para a sobrevivência dos camponeses, se apresentando como uma saída coletiva e como a única forma de garantir o controle sobre este recurso natural, para a produção de alimentos saudáveis e diversificados. A padronização com conseqüente redução das variedades de sementes, sob o poder dos grupos transnacionais se torna o centro deste combate, pois representam o patenteamento de um ser vivo, por empresas privadas, com poder de controle e alteração radical da alimentação humana. (RODRIGUES, 2014, pp. 186-187).

Com isso, parte-se para as reflexões relacionadas à inclusão dos debates e práticas da agroecologia na realidade dos assentamentos de Passos Maia e Chapecó. Como se observou no primeiro capítulo deste estudo, a região Oeste se constituiu a partir da lógica de produção convencional, onde as agroindústrias ocuparam, e ainda hoje ocupam, um importante papel econômico neste cenário. Inicialmente, a banha, produzida a partir do abate de suínos, era o foco das pequenas indústrias estabelecidas na região, mas

Com o passar das décadas e o aumento do consumo da carne de suínos, houve a necessidade de alterar o produto obtido através da criação; o foco não era mais a banha, com potencial de conservação de alimentos, mas sim a carne. Dessa maneira, tornou-se fundamental a existência de um frigorífico localizado mais próximo do produtor do que as indústrias para onde eram vendidos anteriormente, para que fossem processados muitas vezes fora do estado. (MORETTO; BRANDT, 2019, p. 237)

Ampliaram-se tanto, que atualmente abastecem o mercado local e também os produtos são exportados para vários países. Assim, a agroindústria foi se fortalecendo na constituição da região. Porém, como foi analisado anteriormente, ao mesmo tempo que as práticas do agronegócio foram sendo estimuladas, neste local constituíram-se diversos movimentos sociais e sindicatos, com o intuito de questionar o monopólio das terras, sementes, das águas e também do conhecimento. Os assentamentos da reforma agrária, constituídos a partir da luta do MST, também tem contribuído na luta em contraposição ao agronegócio, pois ao serem estabelecidos, potencializaram novas demandas como a criação de políticas públicas na área de crédito para a produção, educação, saúde, entre outras.

Neste cenário, localizam-se os assentamentos do município de Passos Maia e Chapecó. Assim, buscar-se-á, neste momento, apresentar práticas agroecológicas, mesmo que de modo inicial e sem a certificação de orgânicos¹⁰, desenvolvidas por famílias assentadas

¹⁰“A certificação de produtos orgânicos é o procedimento pelo qual uma certificadora, devidamente credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e ‘acreditada’ (credenciada) pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), assegura por escrito que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas da produção orgânica. A certificação apresenta-se sob a forma de um selo afixado ou impresso no rótulo ou na embalagem do produto.” (Disponível em: <<http://www.organicnet.com.br/certificacao/manual-certificacao/>>. Acesso em: 1 jun. 2018).

destas localidades. O processo de certificação, por ser necessário a realização de várias etapas de mudanças nas propriedades, apresenta-se como um desafio para as famílias assentadas. Estas ações estiveram em discussão durante o desenvolvimento do trabalho realizado pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Porém, com o encerramento de suas atividades nas áreas de assentamento do Estado de Santa Catarina, no ano de 2017, as ações para certificação orgânica foram paralisadas. Compreende-se que a garantia desta certificação se apresenta como uma forma de potencializar a produção e também as relações estabelecidas com os consumidores, pois se apresenta como garantia de que os produtos adquiridos são produzidos de forma sustentável. O trabalho realizado pela ATER visava à articulação entre os das famílias e dos técnicos, no intuito do fortalecimento dessas redes.

Especificamente sobre a realidade de Passos Maia, indica-se que as primeiras ocupações de terra, que deram origem aos assentamentos, iniciaram em 1995. A partir deste contexto, que foi apresentado no item 2.2 deste estudo, as famílias passaram a ser assentadas em pequenos lotes de variados tamanhos, conforme as condições do terreno. Os primeiros assentamentos oriundos destas ações do MST, foram estabelecidos no ano de 1996, sendo eles o 20 de novembro, Zumbi dos Palmares, Conquista dos Palmares e 13 de Junho. Os demais assentamentos foram sendo constituídos ainda nos anos de 1990, sendo apenas o Conquista de Sepé, que data dos anos 2000. Assim

No dia 23 de janeiro de 2005 ocorreu a ocupação da área pelas famílias, que aí acamparam, onde já existia o plantio de pinus e erva-mate. Posteriormente, esta terra foi adquirida pelo INCRA através de Escritura Pública de Compra e Venda em 14 de agosto de 2006 e a criação do Assentamento ocorreu no dia 29 de setembro de 2006, a partir da PORTARIA/INCRA/SR-10/nº 001/2006. (LAVRATTI *et. al.*, 2016, p. 228).

Desse modo, nos assentamentos formados desde os anos de 1980 até 2006, indica-se que as famílias passaram a produzir, num primeiro momento, para a subsistência dos grupos familiares. Durante pesquisa desenvolvida por (ODORCZIK, 2010, p. 47),

Os agricultores voltados para a subsistência produzem basicamente milho, feijão, arroz, mandioca e batata doce, a grande maioria produz pequenas quantidades de leite, possuem alguns animais para o consumo da carne bovina e suína e criam galinhas para o consumo de carne e ovos, muitos produzem ainda amendoim e pipoca. Nada ou pouco do excedente da produção é comercializado. Geralmente os produtos comercializados são o milho e o feijão, através da transformação do leite alguns comercializam queijo, outros vendem galinhas, ovos e salame [...].

Conforme foram sendo implementadas as políticas públicas de incentivo à produção, os trabalhos nos lotes foram sendo qualificados, adquirindo equipamentos necessários para o plantio, bem como pelo acesso a outras demandas, como a educação e saúde. Posteriormente, muitas famílias passaram a ampliar suas produções, visando a comercialização dos excedentes através de vendas locais e criação de programas, a partir de 2003, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Governo Federal. Além disso, o trabalho desenvolvido pela assistência técnica também contribuiu com o desenvolvimento desta produção e a inclusão das famílias nestes programas e também nos de acesso a créditos, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF). Assim, políticas de crédito foram sendo estabelecidas com o interesse em qualificar a produção destas famílias. Assim, a partir desse processo, os

[...] assentamento devem estimular a convivência social, o desenvolvimento cultural, e a cooperação entre as famílias assentadas. Devem ser levados em conta a especificidades do terreno, a aptidão dos solos, o projeto produtivo a ser desenvolvido pelas famílias, reforçando ações de cooperação que assegurem condições de viabilidade econômica. O novo modelo ainda deve possibilitar e estimular a preservação ambiental e a produção agroecológica. (PIEREZAN; RIBAS; MUÑOZ, 2010, s.p.).

Desse modo, a produção agroecológica, encontra-se como uma das estratégias assumidas pelo movimento social ao longo da sua história e também faz parte do contexto de Passos Maia. Tanto nesta realidade, como na experiência vivida no assentamento de Chapecó, o trabalho das equipes de assistência técnica da Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva (COOPTRASC), criada no ano de 1997 e com sede no município de Chapecó. Porém, apesar dos encaminhamentos assumidos pelo movimento social e as ações desenvolvidas pela assistência técnica, que foi encerrada no ano de 2017, muitos são os desafios para que esta implementação ocorra. Mais adiante serão apresentados elementos sobre estas dificuldades vividas tanto nos assentamentos de Passos Maia, como de Chapecó.

Visando contextualizar a experiência vivida no assentamento Dom José Gomes, em Chapecó, como se observou no item 2.2 deste estudo, o acampamento que culminou na desapropriação da área de terra foi organizado a partir do ano de 2002. Assim, as famílias foram assentadas e receberam o direito de uso dos lotes no ano de 2008. Isso demonstra como o processo de desapropriação das terras é algo lento e as famílias vivem por vários anos na estrutura de acampamento.

A partir de sua estruturação, no ano de 2009, indica-se que

A produção vegetal do Assentamento Dom José Gomes pode ser dividida entre a produção vegetal para o autoconsumo, com excedente comercializável e apenas comercial. Para autoconsumo as principais espécies são o milho, o arroz e o policultivo. De excedente comercializável tem como espécies vegetais principais a mandioca, a batata-doce, a abóbora, a melancia, o feijão. Somados estes cultivos, tem-se uma produção de 83 toneladas de alimentos vegetais no ano. Neste modelo produtivo, metade da produção é para autoconsumo e metade é excedente para comercialização. Apenas a soja é plantada por uma família que somente comercializa. (NOVAKOWSKI; DOMINGUES; ARNS, 2017, n.p.).

Por ser um assentamento recente, aspectos sobre a sua formação e o direcionamento do modo de produzir ainda estavam sendo articuladas, quando leva-se em consideração o recorte temporal deste estudo (1990-2010). Porém, destaca-se a importância deste assentamento para a realidade do Oeste catarinense, pois se localiza na maior cidade da região, onde se encontram um grande número de agroindústrias que definem a produção a partir das bases do agronegócio.

Pensar a agroecologia, no contexto da mesorregião Oeste de Santa Catarina, bem como nos assentamentos de Passos Maia e Chapecó, apresenta-se como um grande desafio, pois a necessidade da produtividade em grande escala que ocupa as grandes propriedades, também busca se inserir nos assentamentos rurais, ocupando as terras com uma produção baseada na utilização de produtos químicos e da monocultura. Assim,

Para mudar todo este quadro é preciso trocar as relações que dão base para ele. Com isso, toda a estrutura mudaria. Outro caminho que consideramos provável, devido a atual conjuntura, é a criação de dispositivos que venham a contribuir para a ruptura com o grande capital, como a agroecologia, os empreendimentos da economia solidária e consumo local na perspectiva do comércio justo. Uma produção agroecológica que não causa danos ao meio ambiente, saudável e organizada em uma economia solidária, a qual possibilita o agricultor ser dono da riqueza que ele produz e atendendo as demandas do consumo local é, a nosso ver, uma boa alternativa para que os agricultores da região oeste de Santa Catarina possam romper com o agronegócio e seu modelo de agricultura convencional trazendo dignidade para a vida no campo e contribuindo para a diminuição do êxodo rural. (CRUZ; BRANCO; DICKMANN, 2018, p. 68).

Romper com as práticas de produção desenvolvidas pelo agronegócio faz parte da realidade dos assentamentos, pois no ano 2000 o MST assume a responsabilidade de atuar de forma agroecológica. É necessário uma mudança não só na forma de produzir os alimentos, mas também nas relações sociais e ambientais que se estabelecem nas propriedades. É preciso fortalecer novas formas de interação humana que não estejam baseadas no lucro de alguns em detrimento do sofrimento de grande parte da população mundial. E o MST, em seus acampamentos e assentamentos rurais, tem muito a contribuir com estas mudanças. Mas para

isso, identifica-se que por mais que sejam recentes as experiências voltadas para a transição agroecológica no interior do MST,

As experiências nos assentamentos rurais estão em fase de aperfeiçoamento e avaliação, como o próprio Movimento e sua estrutura. Isso vem abrindo espaço para a realização de inúmeros estudos de caso, com a análise enfocada na mudança da matriz tecnológica para a agroecologia, ressaltando os impactos na produção, no trabalho e nas relações sociais. Além disso, possibilita pesquisas e intervenções que contribuam para a construção de estratégias de sustentabilidade locais. Para consolidar a agroecologia, o MST não necessita mudar apenas as práticas nos assentamentos rurais (produção e trabalho), mas a si próprio, enquanto mediador do processo de transição para um modelo de agricultura diferenciado daquele que adotou por mais de uma década. Essa mudança significativa rompe com os elementos fundamentais da modernização da agricultura e inaugura um novo momento para os assentamentos rurais, marcado pela busca do desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, política, social e ambiental. (BORGES, 2009, p. 2186-2187).

Desse modo, a partir da elaboração deste trabalho e das pesquisas desenvolvidas anteriormente a ele, entende-se a implementação da agroecologia como necessária e urgente para as transformações da sociedade na atualidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Sem a natureza não existimos mais, ela é a base da nossa vida.”
Ana Maria Primavesi.

No processo de construção do presente estudo, buscou-se refletir e descrever sobre a agroecologia na realidade do MST, levando em conta uma experiência histórica vivenciada no Oeste de Santa Catarina entre os anos de 1990 a 2010. Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, visando caracterizar elementos deste processo de transformação da região estudada, tanto nos aspectos sociais, bem como nos ambientais. Visando responder a pergunta norteadora do estudo, definida como: Como ocorreu a introdução e as práticas da agroecologia em assentamentos do MST na região Oeste de Santa Catarina entre as décadas de 1990 a 2010?, buscou-se construir dois capítulos apresentando esta realidade.

Assim, num primeiro momento, as reflexões foram pautadas sobre a questão agrária, o Oeste de Santa Catarina e o MST. Destacou-se a questão agrária brasileira e o MST, levando em conta o uso da terra desde o século XVI e as transformações vividas neste processo. Depois, buscou-se apresentar elementos sobre o surgimento do MST no Oeste de Santa Catarina. Desse modo, pode-se configurar que a luta pela terra no Brasil iniciou muito antes do surgimento do MST, pois o país tem se constituído a partir de bases econômicas excludentes e que concentram a terra nas mãos de poucos. Porém, os movimentos de resistência a esse modelo voltado para o latifúndio sempre estiveram presentes questionando as elites agrárias e produzindo alimentos para o consumo das populações.

Num segundo momento, foram realizadas reflexões sobre a História da Agroecologia e o MST, destacando a história da agroecologia no ocidente e no Oeste de Santa Catarina e, posteriormente, a agroecologia no MST a partir das experiências em assentamentos de Passos Maia e Chapecó. Assim, indica-se a importância da agroecologia como modo de produção na realidade dos assentamentos, bem como das demais propriedades que desenvolvem a agricultura na região estudada. Muitas são as práticas observadas na atualidade e percebe-se que as experiências vividas na atualidade tem contribuído para o entendimento das pessoas sobre a necessidade do consumo de alimentos saudáveis. Para isso, precisa-se de relações mais equânimes no campo e na cidade, além de relações de trabalho mais justas e menos voltadas para o enriquecimento de um pequeno grupo de pessoas. A Agroecologia pode contribuir com estas transformações, pois não trata apenas das questões produtivas, mas também das relações sociais e do respeito a todo o ambiente.

No que tange ao período estudado e a realidade dos assentamentos localizados na região oeste, aponta-se que as ações voltadas para a agroecologia encontravam-se numa fase inicial, tendo em vista que o marco a inclusão destes debates no interior do MST ocorreu no ano 2000. A partir desse movimento inicial, em que se assume a agroecologia como modo de produção nas áreas da reforma agrária, muitos estudos passam a ser realizados para uma maior compreensão do tema no interior da organização. Assim, os jornais, os cursos e todas as etapas formativas, tornaram-se importantes para a compreensão da agroecologia como um modo de vida. Percebe-se, de um modo geral, que entre os anos de 2000 a 2010, as teorias sobre a agroecologia foram sendo assimiladas e as práticas estavam sendo organizadas. Desse modo, identifica-se que ainda existem lacunas neste estudo e que poderão ser sanadas a partir de estudos futuros.

Salienta-se ainda, a importância da utilização das fontes documentais no desenvolvimento deste estudo, pois são ferramentas importantes para o trabalho do historiador/historiadora. Além de servirem de base para as comprovações acerca dos posicionamentos tomados neste estudo, também contribuem para a caracterização da região estudada, incluindo o surgimento da agroecologia neste cenário. Compreende-se, com isso, a importância e urgência das transformações da forma de produzir e de realizar o manejo dos agroecossistemas. Manejos de agroecossistemas resilientes e em equilíbrio ecológico dinâmico, podem ser identificados a partir de práticas agroecológicas. Para isso, é necessário alterar o modo como se utilizam os recursos naturais do planeta e compreender sua finitude.

A agricultura moderna não parou para pensar sobre estes aspectos, apenas tem o interesse de sugar tudo o que for possível, o quanto antes para o suprimento de suas necessidades. Está nesse campo a produção agrícola, mas também a industrial. Para frear os impactos climáticos, é necessário o resgate de saberes e a construção de tecnologias que respeitem o ambiente e todos os seres do planeta. A preservação das águas, das florestas, da fauna e da flora, de toda a biodiversidade do planeta, ainda é um desafio. Mas já existem diversas soluções que precisam ser dimensionadas em escalas maiores.

Os governantes e o seu poder em estabelecer a criação de políticas públicas, precisam olhar para esta questão com urgência. O olhar de quem está nos postos de poder precisa se voltar para o cuidado com o planeta. Mas é muito difícil estabelecer mudanças globais vivendo em um sistema tão desigual como é o capitalismo. As ações de agroecologia, que acontecem em espaços micros, são muito importantes, mas atingem pequenos grupos. As mudanças gerais seriam necessárias, mas estas são mais lentas. Acredita-se que seja necessário muitas novas gerações até que se tenha uma transformação geral.

No que tange a atualidade, os governantes e as políticas públicas estabelecidas por eles precisam olhar com mais ênfase para as ações que agricultoras e agricultores tradicionais vem realizando com foco na agroecologia. Estas experiências podem contribuir muito com a criação de novas perspectivas na produção de alimentos. Aqui pensando não só a produção, mas a comercialização, o acesso, a soberania alimentar e a segurança nutricional, de todas as populações. Não pensar apenas no lucro, mas na saúde de todas as pessoas envolvidas nesta cadeia. É necessário aprender mais com os povos tradicionais, resgatar os saberes e contribuir na construção de estratégias e tecnologias que facilitem o trabalho a partir de uma perspectiva ecológica. Finalizo dizendo que demorei anos pra entender a importância deste modo de produzir a partir de bases agroecológicas, mas foi minha inserção junto aos movimentos sociais que me fez perceber esta necessidade de transformação. Por isso, apesar de difícil, estas transformações irão acontecer, mesmo que de forma lenta, pois são necessárias para a continuidade deste planeta.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
- BASSANI, André Luis; DE TONI, Adriana. Patrimônio Cultural: marcas de memórias evidenciadas junto ao espaço citadino chapecoense. **Cadernos CEOM**, Chapecó, 2007.
- BARCELLOS, Sérgio Botton. **A Formação do Discurso da Agroecologia no MST**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). *In*: SALLES, R. **O Brasil Imperial, volume 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BORGES, Juliano Luis. O MST e a Transição Agroecológica. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 4, n. 2, dec. 2009. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/8520>>. Acesso em: 29 set. 2021.
- BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. **A Agroecologia e a sua apropriação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_6/sessao_6A/01_Ricardo_Borsatto.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2018.
- BRUNETTO, Irma. Contribuição de Dom José Gomes para o surgimento e o fortalecimento do MST. *In*: UCZAI, Pedro. **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó: Argos, 2002.
- BRUNO, Regina. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- CANUTO, Anônio. Comissão Pastoral da Terra (CPT). *In*: CALDART, Roseli Salette (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CRUZ, Daniel Scheren da; BRANCO, Sacha Arielle; DICKMANN, Ivo. Modelos agropecuários no oeste catarinense: dos povos tradicionais aos integrados das agroindústrias. **Cadernos do CEOM Saúde e Meio Ambiente**, Chapecó, v. 31, n. 48, p. 60-70, jun. 2018.
- D'AGOSTINI, Adriana. **A Educação do MST no contexto educacional brasileiro**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30038>. Acesso em: 23 set. 2021.
- ECKERT, Córdula. O Master e as ocupações de terras no Rio Grande do Sul. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. v. 1. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FARGE, Arlette. **O sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FEIDEN, Alberto. Agroecologia: introdução e conceitos. *In*: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Acampamento. *In*: CALDART, Roseli Salete (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *In*: CALDART, Roseli Salete (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Via Campesina. *In*: CALDART, Roseli Salete (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012c.

FORNECK, Elisandra. Modernização agrícola, transformações ambientais e a aliança das cooperativas agropecuárias com o Estado: o caso Cooperalfa (1977-1996). *In*: 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT, 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, MG, 08-11 out. 2014. Disponível em: https://www.14snhct.sbhct.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=800. Acesso em: 18 set. 2021.

GARCIA, José Carlos. Legitimidade da Luta pela Terra. *In*: CALDART, Roseli Salete (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GASPARETTO, Sirlei Antoninha Kroth. **Pedagogia da Semeadura: a construção de saberes pelo Movimento das Mulheres Camponesas no Programa de Sementes Crioulas**. São Paulo: Dialogar, 2018.

GHINI, Raquel; HAMADA, Emília; BETTIOL, Wagner. **Impactos das mudanças climáticas sobre doenças de importantes culturas no Brasil**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2011.

HADICH, Ceres Luisa Antunes; DE BASTIANI, Tânia Mara. As mulheres assentadas e a construção da agroecologia no oeste catarinense. *In*: BONI, Valdete (Org.). **Mulheres Camponesas e Agroecologia**. Curitiba: CRV, 2017.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IANNI, Octavio. A Formação do Proletariado Rural no Brasil – 1971. *In*: STEDILE, João Pedro (Org.). **O debate na esquerda: 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

- JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? (1962). *In*: WELCH, Clifford Andrew *et al.* (orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- LAVRATTI, Alessandro *et al.* Assentamento Conquista de Sepé (SC): processo de produção e reprodução da vida das famílias camponesas. *In*: TITON, Mauro. (org.). **Formação Interdisciplinar para o Trabalho em áreas de Reforma Agrária: experiências de um Curso de Residência Agrária**. Tubarão: Ed. Copiart, 2016.
- LEITE, Sergio Pereira. Assentamento Rural. *In*: CALDART, Roseli Salette (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- MAZOYER, Marcel. **História das agriculturas no mundo: neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.
- MEDEIROS, Leonilde Servalo de. Latifúndio. *In*: CALDART, Roseli Salette (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. A Noção de Experiência Histórica e Social em Edward Thompson: percursos iniciais. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, jan./jun. 2014, p. 393-413.
- MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil (1969). *In*: STEDILE, João Pedro (Org.). **História e natureza das Ligas Camponesas: 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229-254, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311262019229/9989>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- NOVAKOWSKI, Graciela Alves de Borba. DOMINGUES, Juliano Vitória. ARNS, Carlos Eduardo. Diagnóstico de Contradições do Território Rural: o caso do assentamento Dom José Gomes. *In*: Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: perspectivas e desafios, 2017, Santa Cruz do Sul, RS. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul, RS, 13-15 set. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/16793/4377>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- ODORCZIK, Emili Fernanda. **Racionalidades Produtivas em Assentamentos de Passos Maia – SC**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/36397>. Acesso em: 29 set. 2021.

ORGANICSNET. **Manual de Certificação de Produtos Orgânicos**. Disponível em: <<http://www.organicsnet.com.br/certificacao/manual-certificacao/>>. Acesso em: 1 jun. 2018.

PACÍFICO, Daniela. História da Modernização da Agricultura: um conto de muitas facetas. *In*: SOGLIO, Fábio Dal; KUBO, Rumi Regina. **Agricultura e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

PIEREZAN, Seliane; RIBAS, Clairton Cardoso; MUÑOZ, Estevan Felipe Pizarro. **Estudo Das Fontes Geradoras de Renda Familiar do Assentamento Zumbi dos Palmares – Passos Maia/SC, com enfoque na Produção de Carvão Vegetal**. Araraquara: Uniara, 2010. Disponível em: https://m.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_2B/02B-10.pdf. Acesso em: 01 out. 2021.

POLI, Odilon. **Leitura em Movimentos Sociais**. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Questão Agrária**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

RENK, Arlene. O Conhecimento do território: a Bandeira Konder. *In*: CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. **A viagem de 1929**. Chapecó: Argos, 2005.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.

RIBEIRO, Helena; JAIME, Patrícia Constante; VENTURA, Deyse. Alimentação e sustentabilidade. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/GVx4jkfxwP7kCYFpZwVbpSf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2021.

RODRIGUES, Lucas Azeredo; SIMÕES, Willian. A Agroecologia no município de Chapecó-SC: a re-existência e re-produção do/no espaço rural do Oeste Catarinense. *In*: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 18 – Agroecologia, economia(s) solidárias e mercados camponeses, 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, PR, 1-5 nov. 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt18_1506703508_arquivo_singa_2017_azere_do_simoes.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

RODRIGUES, Mônica Aparecida Grossi. **Política da Questão Ambiental no MST**: a agroecologia como estratégia produtiva e política. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/download/doutorado-politizacao-da-questao-ambiental-no-mst-a-agroecologia-como-estrategia-produtiva-e-politica/>. Acesso em: 20 set. 2021.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SILVA, Claiton Marcio da. **De Agricultor a Frammer**: Nelson Rodefeller e a modernização da agricultura no Brasil. Guarapuava: Editora Unicentro, 2015.

SILVA, Émerson Neves da. **Formação e ideário do MST**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

SILVA, Priscilla Gomes da. **A incorporação da Agroecologia pelo MST**: reflexões sobre o novo discurso e experiência prática. Dissertação (Mestrado História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2011_Priscilla_Gomes.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

SCHWARTZ, Stuart. O Nordeste açucareiro no Brasil colonial. *In*: FRAGOSO, João Luis Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial, volume 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costume em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UCZAI, Pedro. **Dom José Gomes**: mestre e aprendiz do povo. Chapecó: Argos, 2002.

UMAÑA, Wilson Picado. Las buenas semillas. Plantas, capital genético y Revolución Verde en Costa Rica. **Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha**, v. 2, n. 2, p. 308-337. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/295>. Acesso em: 22 set. 2021.

VALENTINI, Delmir José. **Da cidade santa à corte celeste**: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado. 4. ed. rev. Chapecó: Argos, 2016.

ZARTH, Paulo. **O Campesinato e a História Ensinada no Brasil**. Rio de Janeiro: I Encontro Sul-Americano de Estudos Agrários, 2011.

WERLANG, Alceu Antonio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense**: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.

WORSTER, Donald. Para fazer a História Ambiental. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 101. 4, n. 8. 1991, p. 198-215.

LISTA DE FONTES

ALCÂNTARA, Fernanda. **Jornal Sem Terra Completa 39 anos, assentadas relembram trajetória.** São Paulo: Jornal Sem Terra, maio 2020. Disponível em:

<https://mst.org.br/2020/05/15/jornal-sem-terra-completa-39-anos-assentadas-relembra-trajetoria/>. Acesso em: 18 set. 2021.

ARL, Valdemar; RINKLIN, Hansjörg. **Livro Verde.** Passo Fundo: CEPAGRI, Terra Nova, 2001.

CEOM, Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. **Foto bandeira acampamento Amexeira, Passos Maia (SC).** Chapecó: Arquivo do MST CEOM (UNOCHAPECÓ), s/d.

CEOM. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. **Foto acampamento Dom José Gomes, Chapecó (SC).** Chapecó: Arquivo do MST CEOM (UNOCHAPECÓ), s/d.

CEOM, Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. **Reportagem Transgênicos afetam economia.** Chapecó: Arquivo do MST CEOM (UNOCHAPECÓ), 2000.

CEOM, Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. **Reportagem Transgênicos: soberania em xeque.** Chapecó: Arquivo do MST CEOM (UNOCHAPECÓ), 2000.

DUQUE, Mariana. **Via Campesina lança campanha de Sementes.** São Paulo: Jornal Sem Terra, fev/mar 2003.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa Escolar do Estado de Santa Catarina.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:

<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa194>. Acesso em: 21 abr. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões Geográficas Estado de Santa Catarina.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:

https://geofp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/42_regioes_geograficas_santa_catarina.pdf Acesso em: 18 out. 2021.

IDCH, Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas. **Mapa do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: IDCH UDESC, 1927. Disponível em:

<https://www.udesc.br/faed/idch>. Acesso em: 19 jan. 2021.

IDCH, Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas. **Município de Ponte Serrada: Plano Rodoviário.** Florianópolis: IDCH UDESC, 1959. Disponível em:

<https://www.udesc.br/faed/idch>. Acesso em: 19 jan. 2021.

MST. **Cartaz 4º Congresso Nacional do MST.** Brasília, 2000. Disponível em:

<https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/?tipo=Cartaz> Acesso em: 01 out. 2021.

MST. **Estratégias de ação da Campanha “As Sementes são Patrimônio da Humanidade” Dentro da organicidade do MST.** Brasília, Setor de Produção do MST, 2003.

MST. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. São Paulo: MST, 2003. (localizado no Arquivo do MST CEOM/UNOCHAPECÓ).

MST. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. São Paulo: MST, 2006. Disponível em: <https://mst.org.br/download/jornal-sem-terra-no-206-2006/>. Acesso em: 18 set. 2021.

MST. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. São Paulo: MST, 2007. (localizado no Arquivo do MST CEOM/UNOCHAPECÓ).

PASSOS, Joana Célia dos. **Projeto Político Pedagógico do Terra Solidária**. Florianópolis: Agnus, 2001.

PINHEIRO, Cleusa. Produção Orgânica: um pouco de história. **Casa da Agricultura**, n. 1, jan./fev./mar. 2013. Disponível em: <https://anamariaprimavesi.com.br/2019/11/29/producao-organica-um-pouco-de-historia/>. Acesso em: 12 set. 2021.

PREFEITURA DE PASSOS MAIA. **Aspectos Físicos e Sociais**. 2013. Disponível em: <https://www.passosmaia.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/15319>. Acesso em: 02 out. 2021.